



paraná cooperativo

Ano I
Número 3
Setembro/2004

Entrevista: Márcio Lopes de Freitas

OGM

**Soja transgênica
pode reduzir custos
em US\$ 250 milhões**

**COOPERATIVAS DO
PARANÁ APOSTAM NO
FUTURO DO MERCADO
DE GERAÇÃO DE ENERGIA**

Vem aí mais um show de tecnologia

Informações:

Fone/fax (45) 225-6885
Cascavel - Paraná

E-mail: showrural@coopavel.com.br
Home page: www.coopavel.com.br



COOPAVEL

**31 de janeiro a
4 de fevereiro
de 2005**

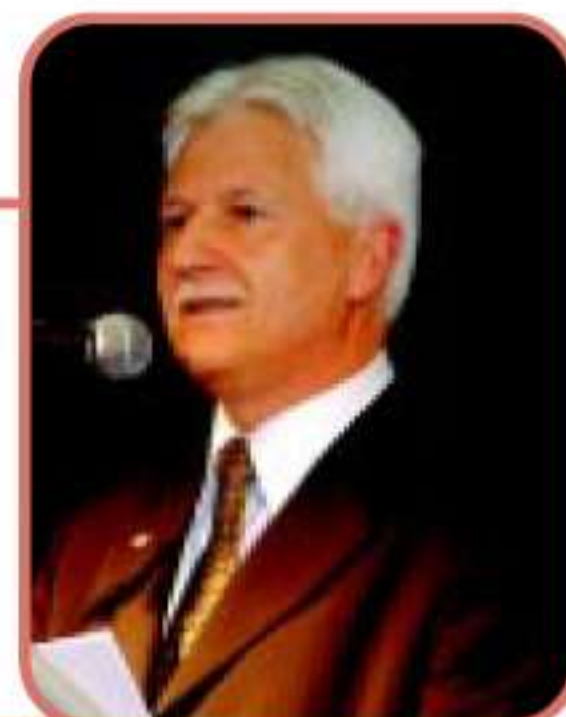
2005



**O MAIOR E MAIS AVANÇADO EVENTO
TECNOLÓGICO DA AGRICULTURA BRASILEIRA**

Emprego e renda com as cooperativas de trabalho

João Paulo Koslovski
Presidente do
Sistema OCEPAR



O grande desafio dos governos atuais é a geração de novos postos de trabalho, justamente porque a oferta de empregos tem caído de forma drástica em função da necessidade das empresas se adaptarem à realidade econômica. Enquanto isso, milhares de profissionais recém saídos de cursos de nível superior e outros trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho pressionam em busca de empregos, saturando o mercado. No entanto, o esforço governamental e o pequeno crescimento da economia, parecem incapazes de corresponder e suprir o déficit registrado em relação a abertura de novos postos de trabalho. Esse insucesso, que parece incoerente com a grandeza brasileira, onde tudo há por fazer, resulta em uma pergunta: qual, então, é a solução?

Nos países desenvolvidos ou em processo de desenvolvimento as cooperativas têm se destacado como alternativa à geração de emprego, com fomento ao cooperativismo de forma geral, em especial ao de trabalho. Um exemplo mundial que chama a atenção pelos resultados sociais obtidos é a excepcional política adotada pela Espanha em apoio ao desenvolvimento das cooperativas do ramo trabalho e serviços. Esse apoio se repete, com características pró-

prias, na maioria dos países europeus, onde há uma legislação que favorece a atuação dessas cooperativas.

Infelizmente, no Brasil, a situação é diferente. Apesar de todo o empenho que vem sendo realizado pelo sistema cooperativo na definição de uma política de estímulo à constituição de cooperativas de trabalho e serviços, há um esforço contrário ditado pelas inúmeras restrições do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho ao funcionamento dessas cooperativas. Podemos afirmar que há mais coerção do que incentivo, mais fiscalização do que apoio, traduzindo-se numa política pública de desestímulo. Não podemos admitir, que a pretexto da existência de irregularidades, os órgãos públicos prejudiquem o desenvolvimento de cooperativas que podem dar grande contribuição ao esforço governamental na geração dos milhares de empregos.

As lideranças cooperativistas, em especial a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e suas organizações estaduais, não têm medido esforços na busca de um posicionamento mais concreto e efetivo por parte dos órgãos que cuidam da legislação e da fiscalização do setor. O que pleiteamos é que sejam estabelecidas regras claras e duradouras, de modo a permitir a constituição e o efetivo funcionamento das cooperativas de

trabalho e serviços.

Nós, integrantes do sistema OCB, somos os primeiros a rejeitar as cooperativas que tentam burlar a Lei 5764/71, que norteia a constituição das cooperativas. Assim, estamos contribuindo para que a imagem e a ação das cooperativas que atuam de acordo com as regras e normas estabelecidas pela legislação vigente não sejam prejudicadas por atitudes isoladas. Temos a lamentar, no entanto, a demora na implementação das diretrizes públicas que podem permitir o estímulo à constituição e promoção deste importante ramo do cooperativismo, que é uma alternativa viável à informalidade.

Lembrando que o presidente Lula tem sido um grande estimulador do cooperativismo, apelamos para que o Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Frencoop, em conjunto com a OCB empenhem-se em definir com clareza a política a ser implementada para o setor. Precisamos acabar com essa situação de total insegurança de atuação, ocasionada pela desconsideração da fiscalização às leis e regras que disciplinam este importante ramo do sistema cooperativo. Um ramo tão importante como o de trabalho e serviços não pode, em hipótese alguma, ter sua função econômica e social praticamente ignorada – quando não perseguida – como vem acontecendo no momento.

Investir naquilo que garante competitividade

A organização, o planejamento e o investimento em novas tecnologias e na capacitação dos recursos humanos estão transformando a realidade do cooperativismo no Paraná. É cada vez mais evidente o propósito das cooperativas, que decidiram, de fato, competir na economia global, seja na produção, na prestação de serviços ou então oferecendo um produto diferenciado.

Para acompanhar a evolução tecnológica e atender as necessidades e demandas emergentes do mundo globalizado, as cooperativas estão conscientes de que é preciso inovar, muitas vezes ousar, e investir naquilo que realmente garante competitividade. Além das cooperativas agroindustriais, que estão buscando novos nichos de mercado e apostando em produtos de maior valor agregado, também merece destaque o trabalho de formação e planejamento desenvolvido pelos ramos crédito e saúde, modernizando e aperfeiçoando a prestação de serviços aos usuários e cooperados.

Por outro lado, também é apostando em atividades pouco convencionais que o cooperativismo paranaense vem se destacando e revelando seu espírito empreendedor. Reportagem especial publicada nesta edição mostra a experiência das cooperativas de eletrificação rural, que além de distribuir, agora investem na produção de energia elétrica. De uma parceria entre três cooperativas, duas do Paraná e outra de São Paulo, surge a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Pesqueiro, um projeto de intercooperação, com visão de futuro e inovador dentro do sistema cooperativo.

Assim, no exemplo das cooperativas de eletrificação, pode-se dizer que o sistema vive um contínuo processo de inovação e profissionalização em busca da competitividade. Ainda fica claro, que para ser e se manter competitivo não basta ter o melhor preço ou produto, é preciso investir não só em tecnologia, mas também na formação profissional dos colaboradores.

6

Na entrevista deste mês, Márcio Lopes de Freitas, presidente da OCB, faz uma análise sobre a presença do cooperativismo no Brasil



10

Um dos principais agentes financeiros das cooperativas, BRDE reúne diretores do banco e dirigentes do sistema cooperativista em Foz do Iguaçu

16

Comitê Paraolímpico Brasileiro tem assistência médica da Unimed, com apoio da Federação do PR



18

Além de distribuir, cooperativas de eletrificação rural do Paraná apostam agora no futuro do mercado de geração de energia

25

Cooperativas de transporte buscam qualificação para atender demandas específicas do setor



32

Estudo mostra que se o Paraná cultivasse 100% de soja transgênica, custo poderia reduzir em US\$ 250 milhões

14

Pós-graduação em Cooperativismo forma sua primeira turma no Paraná

36

Mais de 20 mil candidatos nas eleições de 03 de outubro

SISTEMA **OCEPAR**

**Diretoria da Ocepar
2003/2007**

Presidente:
João Paulo Koslovski

Diretores:
Alfredo Lang
Frans Borg
Luiz Roberto Baggio
Luiz Lourenço
José Otaviano de Oliveira Ribeiro
Sérgio Luiz Panceri
Luiz Carlos Misurelli Palmquist
Leocir Sartor
Almir Montecelli
Áureo Zamprônio
Valter Pitol
Dilvo Grolli
Edvino Schadeck

Conselho Fiscal:

Titulares:
Jaime Basso
Miguel Rubens Tranin
Nelson Canan

Suplentes:

Gaspar de Geus
Luiz Francisco Gianini
Antônio Sérgio de Oliveira

Superintendente:

José Roberto Ricken

Superintendente Adjunto:

Nelson Costa

**Diretoria do SESCOOP-PR
2003/2006**

Presidente:
João Paulo Koslovski

Conselho Administrativo:

Alfredo Lang
Guntolf van Kaick
Josiany de Fátima Rolo
Luiz Lourenço

Suplentes:

Franz Borg
Juacir João Wischneski
Célia Hoffmann
Sérgio Luiz Panceri

Conselho Fiscal:

Titulares:
Orestes Barrozo Medeiros Pullin
Eurico Woitowicz
Gabriel Nadal

Suplentes:

Jacir Scalvi
Carmen Tereza Sagheti Reis
Francisco Augusto Sella

Superintendente:

José Roberto Ricken

EXPEDIENTE

Revista Paraná Cooperativo - Coordenação: Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar/Sescoop-PR. **Jornalistas:** Samuel Zanello Milléo Filho, Eloy Setti e Giovani Ferreira. **Conselho Editorial:** João Paulo Koslovski, José Roberto Ricken, Nelson Costa, Flávio Turra, Gerson Lauermann, Leonardo Boesche, Samuel Zanello Milléo Filho, Eloy Setti e Giovani Ferreira. **Apoio:** Cleide de Paula. **Fotos:** Imprensa Ocepar. **Diagramação, fotolito e impressão:** Editora Paranaense. **Redação:** Rua Mateus Leme, 575, CEP 80530-010, Centro Cívico, Curitiba - Paraná. **Telefone:** (41) 352-2276 / (41) 352-2080. **Endereço Eletrônico:** imprensa@ocepar.org.br **Página na Internet:** www.ocepar.org.br. **As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.**

Márcio Lopes de Freitas

Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Profissionalização, educação, intercooperação e responsabilidade social

Em entrevista à revista Paraná Cooperativo, o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas faz uma análise da presença do cooperativismo no Brasil e da relação com o governo federal, destacando o apoio do Congresso Nacional - em especial através da Frencoop - na defesa das

matérias de interesse do setor. Em seu segundo mandato à frente da OCB, o dirigente cita como um dos principais avanços verificados nos últimos anos a organização e estruturação do sistema nos estados, principalmente do Sescoop, com importantes resultados práticos no processo de capacitação obtidos a partir do investimento em recursos humanos. Nesse sentido, o presidente da OCB fala do profissionalismo como uma das tendências fundamentais do cooperativismo: "se não tiver profissionalismo, não tem cooperativa". Educação, intercooperação e responsabilidade social também estão inseridas nesse contexto, disse Márcio, lembrando que a cooperativa tem uma missão muito mais forte com seus cooperados, que é uma missão de promoção da comunidade onde ela está inserida. Em uma avaliação sobre o sistema no Paraná, ele afirma que o Estado é um modelo de desenvolvimento do cooperativismo para o Brasil.



Paraná Cooperativo - Como o senhor avalia a presença da OCB no cenário nacional?

Márcio Lopes - A OCB hoje tem uma visão clara de que não é uma entidade em Brasília. A OCB é um sistema. É o sistema cooperativista brasileiro, um sistema composto pelas organizações estaduais que se consolidou nesses últimos três anos dentro de uma estratégia definida e discutida com as bases. E essa definição estratégica de autonomia dos estados, de independência, de fortalecimento das atividades econômicas através dos conselhos especializados dos ramos e da transparência começou a mostrar resultados práticos na missão principal da casa do cooperativismo em Brasília, que é a representação. Isso começou a refletir junto ao Congresso Nacional e ao governo. E nós fomos conquistando, através dessa estruturação, dessa organização, espaços melhores. Assim, sem dúvida nenhuma, a OCB hoje está muito mais próxima da comunicação com o Governo Federal. Estamos mais próximos do Congresso Nacional, do Judiciário e respeitados pelas demais instituições.

Paraná Cooperativo - O que aconteceu de mais importante na sua gestão à frente da OCB?

Márcio Lopes - Acho que o principal avanço foi a organização. Foi a estruturação das organizações e do SESCOOP em cada estado. Foram importantes os resultados práticos das capacitações e dos investimentos em recursos humanos que o SESCOOP realizou nos últimos três anos no Brasil todo. Isso formou uma geração de cabeças novas, tem neurônio novo pensando no sistema. E esse neurônio cooperativista reativado é que está

fazendo a diferença. A relação e a aproximação com o governo são consequências de um trabalho estruturado na base. Eu acredito que essa foi a principal característica do nosso trabalho no sistema nesses anos.

Paraná Cooperativo - Como o senhor avalia as ações da OCB e do SESCOOP em todos os ramos do cooperativismo?

Márcio Lopes - Sem dúvida nenhuma, o cooperativismo brasileiro está presente nas mais diferentes atividades econômicas, e nós temos que trabalhar por todos. Você cria

“
**Se não tiver
profissionalismo,
não tem
cooperativa**
”



uma família. A família não tem que dar atenção por um irmão maior, por um irmão mais rico ou só para o irmão mais carente, mais necessitado. A família tem que olhar todos os irmãos com igualdade, e o cooperativismo, com sua doutrina, já prevê e prega isso. Nós estamos trabalhando nessa esfera em todas as atividades, em todos os estados a fim de homogeneizar o ato cooperativo. Adequar o tratamento tributário ao ato cooperativo em todas as atividades do cooperativismo. Queremos uma lei cooperativista que contemple os ramos novos do cooperativismo, em especial os urbanos. Estamos em busca de uma interlocução e um relacionamento cada vez mais próximo com as ativi-

dades novas que têm sido utilizadas no cooperativismo, principalmente nas regiões urbanas, nos grandes centros de desenvolvimento, que são as grandes capitais.

Paraná Cooperativo - Com o novo governo, muito se tem falado em apoiar e incentivar o cooperativismo. O senhor tem afirmado que esse caminho passa pela geração de emprego e renda, e que, para isso, é preciso colocar em prática uma engenharia de solução para esse processo. O que o senhor pensa sobre isso?

Márcio Lopes - Na realidade, eu imagino que não adianta ter crescimento sem desenvolvimento. Plagando o grande professor Celso Furtado: “crescimento sem desenvolvimento acaba levando ao desastre”. No Brasil, nós tivemos isso: o grande milagre econômico dos anos 70, quando o Brasil

teve crescimento mas, não houve desenvolvimento. Qual é a diferença? Nós tivemos crescimento do PIB e do faturamento, mas não tivemos a adequada distribuição dessa renda que foi agregada. Com isso, houve maior concentração. Então, nós tivemos crescimento e não tivemos desenvolvimento. Nesse sentido, o que eu prego é o cooperativismo como a grande ferramenta de desenvolvimento econômico. Porque nós pregamos desenvolvimento econômico e a cooperativa como empresa, tem que trazer desenvolvimento econômico para seus sócios. Mas é importante fazer isso de uma maneira socialmente correta, distribuindo da maneira adequada. E, é por isso, que eu acredito no cooperativismo como ferramenta de agrega-

ção de trabalho, renda e desenvolvimento.

Paraná Cooperativo - O bom relacionamento como o Governo Federal tem ajudado no andamento da agenda do cooperativismo?

Márcio Lopes - Eu não posso negar que melhorou a interlocução, melhorou sensivelmente o diálogo. Nós temos hoje um relacionamento como o governo brasileiro, principalmente com o Executivo, muito melhor do que tínhamos no governo anterior. Temos uma rede de relacionamento no Congresso Nacional melhor do que tínhamos na gestão passada. Mas, de prático mesmo, temos poucas vitórias a serem consagradas e que podem ser elencadas. A única que nós efetivamente conquistamos foi adequar o tratamento tributário ao ato cooperativo nas cooperativas agropecuárias e de eletrificação. Outras ações também estão em pauta, em discussão. Há muita expectativa. Uma boa expectativa. Principalmente, porque o presidente da república nomeou o ministro Roberto Rodrigues como o grande interlocutor cooperativista. Então, isso nos enche de esperança. Quando ele nomeia o nosso maior guru, maior líder, como gestor dessa política, a gente aumenta a fé. Mas vamos ser realistas, pois estas ações ainda precisam ser efetivadas. O diálogo é que melhorou.

Paraná Cooperativo - Como o

senhor avalia o trabalho e a relação da entidade OCB com o Congresso Nacional e a ponte que seria a Frencoop?

Márcio Lopes - Na realidade, a Frencoop é uma criação de uma rede de representantes que nasce nas regiões. A Frencoop é composta na base das cooperativas, com cada organização cooperativa, em cada estado, votando e apoiando parlamentares que representem os interesses regionais. Quando esses deputados eleitos com esse apoio cooperativista, nos 27

estados, chegam a Brasília, o nosso papel en-



“

O Paraná é modelo de desenvolvimento do cooperativismo para o Brasil

”

quanto organização nacional, é coordenar as ações dessa frente, organizar os interesses desses grupos, nos unindo com eles e articulando ações no sentido de reverter posições a favor do cooperativismo. Para se ter uma idéia da importância disso, existe hoje, em tramitação dentro do Congresso Nacional, 227 projetos que tratam de cooperativismo. Portanto, se eu não tiver uma frente articulada, uma assessoria permanente verificando essas ações, nós corremos o risco de ver algumas dessas ações contrárias ao cooperativismo sendo votadas no Congresso.

Paraná Cooperativo - O senhor poderia falar da bancada paranaense? Como vem trabalhando e o que o sistema espera desses parlamentares?

Márcio Lopes - Eu tenho uma bancada fantástica de cooperativistas eleitos aqui no estado do Paraná, com alguns senadores fenomenais. Em especial, eu cito Osmar Dias, que é uma pessoa fantástica e fundamental. É o primeiro vice-presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, um homem que tem ajudado de maneira irrestrita o sistema. Ele é autor do projeto de lei de reforma da lei cooperativista. E, atrás do senador Osmar Dias nós temos outro, como o senador Arns (Flávio) que também aderiu à Frente Parlamentar. Temos uma rede fantástica de deputados, que independentemente das bandeiras partidárias que carregam, apóiam irrestritamente o cooperativismo. E digo mais: eles são frequentadores assíduos da OCB.

Paraná Cooperativo - O senhor afirmou, em algumas ocasiões, que a semente do cooperativismo nasceu no Sul do País. Qual é a sua avaliação sobre o desempenho do cooperativismo no estado do Paraná?

Márcio Lopes - Como eu disse, o cooperativismo, a semente, as mudinhas dos pinheiros cooperativistas, na realidade não vieram na bagagem dos portugueses e nem dos espanhóis, que foram os nossos primeiros colonizadores. Quem trouxe a sementinha do cooperativismo foram os alemães, os italianos e os holandeses. Trouxeram, além da esperan-

ça de uma vida nova, um grau de solidariedade, uma esperança cooperativista, o que era novidade. Plantaram isso por aqui. Começaram no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e aqui no Paraná esse pinheiro deu certo. Como em Castrolanda e na Cotrijal no Rio Grande do Sul e Sicredi Pioneiro, em Nova Petrópolis. E essas sementes foram propagadas conforme a população desses estados foi se espalhando para os outros estados. O Paraná tem uma tradição muito forte nesse sentido. A tradição da colônia européia que veio para cá e irradiou o cooperativismo. Normalmente, mineiros e paulistas que vieram para o Norte do Paraná, pegaram aqui a cultura do cooperativismo e fizeram hoje do estado do Paraná, sem dúvida nenhuma, o estado que tem a rede mais forte do cooperativismo brasileiro. O Paraná é hoje um modelo de desenvolvimento do cooperativismo para o Brasil. E é graças a essa história que vocês construíram.

Paraná Cooperativo - *As cooperativas de trabalho enfrentam problemas de enquadramento tributário no País: questões contábeis, jurídicas e administrativas. Qual é o futuro dessas cooperativas? O senhor acredita que elas vão sobreviver às transformações sócio-econômicas que estão acontecendo no Brasil?*

Márcio Lopes - Eu tenho certeza que vão sobreviver. Porque as cooperativas de trabalho são realidade no mundo todo. Mas isso vai depender muito das novas relações e das desregulamentações das leis trabalhistas que nós temos no Bra-

sil. Na realidade o cooperativismo de trabalho no Brasil está sendo mal interpretado, porque nós temos uma relação de trabalho seletista muito rígida, que não prevê desdobramentos em novas relações, e com isso, boicota uma proposta nova: a proposta cooperativista. No Brasil, ainda se teima que é preciso gerar emprego e salário. E o cooperativismo prega trabalho e renda sem, necessariamente, ser emprego e salário. Essa é a nossa proposta e a proposta que está vigorando no mundo todo. As relações são outras, são mais modernas e abertas. Então eu vejo isso

“
**Investir em
educação,
em capacidade
de pensar**
”



como a correnteza da história. O Brasil pode retardar um pouquinho essa correnteza, graças ao corporativismo de algumas instituições públicas, mas é inevitável que essa barreira vá se romper. Eu acredito que o cooperativismo de trabalho ainda será um grande modelo. Mas eu não dispenso a necessidade desse mesmo cooperativismo fazer a sua lição de casa, que é muito importante. O cooperativismo de trabalho precisa, em primeiro lugar, definir os seus próprios conceitos. Em segundo lugar, praticar aquelas quatro tendências que nós usamos

para qualquer cooperativa, de qualquer atividade, seja ela agropecuária, de crédito ou de outro ramo.

Paraná Cooperativo - *Quais são essas tendências?*

Márcio Lopes - É preciso profissionalismo. Se não tiver profissionalismo, não tem cooperativa. Cooperativa é negócio, não é casa de caridade, não é casa de benevolência. Profissionalização é fundamental. Depois, é preciso se preocupar com educação. Investir em educação, em

gente, em capacidade de pensar. As cooperativas de trabalho precisam ter cabeças pensantes. Terceiro, a intercooperação. As cooperativas têm que criar redes de relação com outras cooperativas; não podem ficar isoladas. E quarto, e não menos importante, a responsabilidade social. A cooperativa tem uma missão muito mais forte com seus cooperados. Uma missão de desenvolvimento da

comunidade onde está inserida. É o papel da Castrolanda, por exemplo, aqui em Castro, onde estamos prestigiando a Agroleite, que não trouxe desenvolvimento só para os cooperados produtores de leite mas, puxou o desenvolvimento de toda a região do município. E isso é responsabilidade social. É cuidar do meio ambiente, é fazer programas de educação na infância. Todo esse trabalho tem que ser feito pela cooperativa. Então, se as cooperativas de trabalho fizerem a lição de casa, se tiverem consciência, se teimarem no seu propósito, não tenho dúvida de que irão romper essa barreira. ■

O agente financeiro das cooperativas

**Seminário Cooperar
BRDE reúne
diretores do banco
e dirigentes das
cooperativas do
PR, SC e RS**

Em janeiro de 1971, quando a cooperativa de Palotina, então denominada Campal, precisou de um financiamento para construir o seu primeiro armazém, buscou apoio do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que fora constituído com o objetivo de fomentar o desenvolvimento dos estados do Sul. Assim, a Campal foi uma das primeiras cooperativas do Paraná a obter um financiamento do banco. E nos anos seguintes, sempre contou com apoio nos novos projetos de expansão. Hoje a C.Vale, que começou com o nome Campal, é uma das principais empresas do Paraná, com um faturamento anual de US\$ 412 milhões.

Era natural, pela sua trajetória, que tenha sido incluída no roteiro das cooperativas visitadas pela diretoria do BRDE, na primeira quinzena de agosto. O presidente da C.Vale, Alfredo Lang, disse que a visita da comitiva era histórica, pois o banco é parceiro da cooperativa desde a sua constituição. Ele frisou, que os investimentos industriais se destinam a transformar a produção primária, melhorando a renda dos associados e aumentando a oferta de empregos e a geração de tributos.



Seminário Cooperar reuniu diretores do banco e dirigentes de cooperativas e autoridades dos governos estadual e federal

A visita da comitiva do banco às cooperativas foi planejada durante um café da manhã com diretores da instituição, no ano passado. E de 9 a 12 de agosto, dirigentes e técnicos do BRDE visitaram as cooperativas Cocamar, Coamo, Copagril, Lar, Sudcoop, Copacol e C.Vale, instituições que ao longo de sua história foram apoiadas fortemente pelo banco em seus projetos de desenvolvimento. Em Cafelândia,

Valter Pitol, presidente da cooperativa, afirmou que o sucesso da Copacol “está intimamente ligado ao BRDE, que acreditou nos associados e na diretoria, concedendo os financiamentos necessários ao seu desenvolvimento”. Por sua vez, o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, disse que “o BRDE é o agente financeiro irmão das cooperativas, que devem ao banco parcela significativa do seu desenvolvimento”.

Para o BRDE e para as cooperativas, a segunda semana de agosto deste ano ficará marcada em função de dois acontecimentos que uniram ainda mais dirigentes das duas instituições. Primeiro, a visita às cooperativas do Paraná; depois, a realização do seminário Cooperar BRDE, em Foz do Iguaçu, que contou com a participação do ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, do governador do Paraná Roberto Requião, do secretário da Agricultura Orlando Pessuti e de aproximadamente 250 dirigentes e técnicos das cooperativas agropecuárias e de crédito, parceiras do banco. O seminário discutiu o futuro do setor no contexto da globalização.



Presidente do BRDE, Lélío Antunes, recebe homenagem do cooperativismo paranaense das mãos de João Paulo Koslovski

Conhecer e aprender

“O banco veio ao Paraná para aprender com o cooperativismo”, disse o presidente do BRDE, Lélío Miguel Antunes de Souza, entusiasmado com o que viu durante a visita da comitiva do banco às cooperativas paranaenses. “Os números dessas entidades são grandiosos, há investimentos permanentes em novos projetos. A expansão acontece a olhos vistos e a preocupação com o social está integrada a tudo isso”, frisou. O diretor financeiro, Amadeu Gears, afirmou que a visita permitiu um melhor conhecimento entre banco e cooperativas, lembrando que o governador Roberto Requião orientou a diretoria a dar uma atenção especial ao setor. “Tanto que a agência de Curitiba passou a participar mais ativamente do cotidiano das cooperativas, inclusive nas suas assembléias e passou também a procurar as cooperativas de

menor porte”, disse. Esse trabalho deu à agência, no primeiro semestre, o primeiro lugar em volume de contratações de financiamentos, e quase 60% foram operações contratadas com as cooperativas.

A comitiva do BRDE que visitou as

cooperativas foi integrada pelas seguintes pessoas: o presidente Lélío Souza; os diretores Amadeu Gears (financeiro), Cacildo Maldaner (recuperação de crédito), Germano Bonow (planejamento), Carlos Marés (diretor da agência de Curitiba), superintendentes Argus de Oliveira, Carlos Olson, Dário Buzzi, Darlan Conte e Luiz Concli; chefe de gabinete João Carlos Grando; gerentes Luiz Veiga e Raul Carvalho; e assessora Lindamir Quech. O presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, e o representante do BNDES, Luiz Alberto Medeiros, também integraram a comitiva. Eles conheceram aspectos do funcionamento das cooperativas e se reuniram com os seus dirigentes, onde se inteiraram dos planos de

desenvolvimento.

Desafios da globalização

No dia 13 de agosto, os diretores do banco e os cooperativistas conheceram, durante o seminário Coope- ▶

Financiamentos do BRDE às cooperativas do Sul entre 2001 a 2004

Programas	2001	2002	2003	2004	Total
Prodecoop		9.477	109.361	119.341	238.179
Pronaf	23.785	23.982	18.388	19.664	85.819
Finame Agrícola	13.154	15.115	24.334	16.867	69.470
Moderfrota	1.171	25.128	15.088	9.811	61.198
Fumicultura	-	-	18.372	17.155	35.527
Profruta/Prodefruta	2.882	6.346	7.208	6.113	22.549
Prosolo	8.950	4.485	3.691	-	17.126
BNDES Moderagro	-	-	4.658	11.012	15.670
Outros bancos	2.334	12.156	22.016	26.097	62.603
Recoop	44.272	56.456	5.400	-	106.028
TOTAL	96.548	153.145	228.516	226.060	714.169

rar BRDE, o potencial econômico das 1.270 cooperativas dos diversos ramos dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul que tiveram uma receita líquida, no ano passado, de R\$ 28,7 bilhões. O presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas e os presidentes das organizações das cooperativas dos três estados expuseram, cada um, uma panorama do sistema cooperativista por eles representado. Lopes mostrou que o sistema cooperativista brasileiro é integrado por 5,7 milhões de brasileiros e gera 182 mil empregos diretos, sendo responsável pela exportação de US\$ 1,3 bilhão no último ano. Frisou que a profissionalização é a arma utilizada pelas cooperativas para vencerem a competição do mercado globalizado. E o Sescoop tem dado contribuição importante ao setor, possibilitando a formação dos dirigentes, profissionais e integrantes das cooperativas.

Os presidentes da Ocepar, João Paulo Koslovski; da Ocesc, Neivor Canton; e da Ocergs, Vicente Bogo, fizeram uma explanação sobre o desempenho das cooperativas nos últimos anos, destacando os mais recentes projetos de expansão. Através de tabelas, demonstraram como o sistema está organizado, bem como os avanços obtidos nos últimos anos. As cooperativas do Paraná se destacam nesse cenário, sendo responsáveis por 54% do faturamento total do setor (todos os ramos), no ano passado, conforme mostra a tabela 2. Altamente afetadas pelos sucessivos planos econômicos, as cooperativas iniciaram sua recuperação a partir de 1996, através de programas de renegociação das dívidas dos agricultores, com a securitização e o Pesa, e de refinanciamento e alocação de recursos para giro e investimentos através do Recoop – Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias. E, mais recentemente, puderam se beneficiar do Pro-



O banco veio ao Paraná para aprender com o cooperativismo



decoop – Programa de Desenvolvimento Cooperativo.

O presidente do BRDE, Lélío de Souza, se mostrou muito satisfeito com as visitas que fez em sete cooperativas paranaenses, que fazem parte das 87 que são clientes do banco, atualmente, nos três estados do Sul. A confiança nas cooperativas levou o BRDE a aplicar R\$ 153,2 milhões entre Recoop e Pesa, de 2000 a 2003. “Foi o primeiro agente financeiro a realizar com as cooperativas o Recoop, acreditando no setor”, afirma o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski. Mas a crença e parceria do banco foram além, financiando R\$ 238,1 milhões através do Programa de Desenvolvimento das Cooperativas, o Prodeco-

op, propiciando o seu crescimento, com resultados econômicos e sociais.

Função social

O papel social (geração de emprego e renda) das cooperativas chamou muito a atenção dos dirigentes do BRDE e BNDES durante sua visita às cooperativas. “A evolução da associação agrícola está relacionada com o desenvolvimento do banco, que teve participação importante na mudança de perfil das cooperativas, quando elas passaram a industrializar sua produção”, explicou o diretor-presidente do BRDE, Lélío Souza”. Hoje, as cooperativas têm, nos três estados do Sul, em todos os ramos, cerca de 1,7 milhão de integrantes, gerando mais de 100 mil empregos diretos.

Os financiamentos bancários para a montagem de estruturas de apoio ou agroindústrias refletem diretamente na geração de novos postos de trabalho nas áreas de atuação das cooperativas, com reflexos nas indústrias produtoras de insumos agropecuários. ■

Cooperativas da Região Sul – cooperados, empregados e receita total em 2003

Estado	Cooperativas	Cooperados	Empregados	Receita total
Paraná	208	190.582	45.000*	15,5 bilhões
Santa Catarina	315	628.332	18.000*	5,2 bilhões
Rio G. do Sul	747	875.810	34.450	8,0 bilhões
Total	1.270	1.694.724	97.450	28,7 bilhões

BRDE - Financiamentos em vigor às cooperativas, em 2004

Estado	Cooperativas	Valor financiado R\$
Paraná	30	280.892.000,00
Santa Catarina	21	93.317.000,00
Rio G. do Sul	24	61.361.000,00
Total	75	435.570.000,00

Plantando Evolução Colhendo Qualidade



COAMO

AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA

www.coamo.com.br

Especialistas em cooperativismo

Cursos de MBA, Mestrado e Especialização apoiados pelo Sescop-PR



Grupo de formandos do MBA em Cooperativismo, professores e homenageados

“**P**recisamos investir também em neurônios. É o que estamos fazendo de melhor dentro do sistema, e esta formatura representa isso!” Esta afirmação feita pelo presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, durante a formatura da primeira turma de MBA de Cooperativismo, realizada no dia 16 de agosto, em Curitiba, expressa muito bem o sentimento dos 33 alunos, funcionários e diretores de cooperativas, que após dois anos de muita dedicação e estudos receberam seus certificados de conclusão. Márcio foi escolhido para ser paraninfo da turma. O MBA (Master in Business Administration) é um curso de pós-graduação realizado em parceria entre a Ocepar, Sescop-PR, Universidade de São Paulo (USP/Ribeirão Preto) e a Fundace.

O MBA deixou de ser apenas um diferencial curricular, passando a

pré-requisito para diversas empresas, sendo hoje uma das siglas mais cobiçadas, tanto pelos profissionais, quanto pelos departamentos de RH. Márcio fez questão de lembrar que esta conquista do cooperativismo somente aconteceu graças a uma “ferramenta” chamada Sescop, a qual deverá ser aperfeiçoada ainda mais com a criação do Instituto Brasileiro do Cooperativismo, “uma idéia que estamos copiando do Paraná e levando ao nível nacional, para ser mais uma alternativa operacional a fim de implantar diferentes sistemas de capacitação. Investir em gente é a meta!”, destaca.

Para o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, homenageado especial com o nome de turma, as cooperativas não só acreditam nesse processo de capacitação, como também investem fortemente no aperfeiçoamento do conhecimento. Koslovski afirma que este é o caminho que vem sendo trilhado no Paraná.

Lembrou, que o número de eventos realizados nos últimos 36 meses apontam para mais de 178 mil participações, destacando-se, entre estes, a realização de 11 cursos de MBA, Pós-Graduação, Mestrado e Especialização, concluídos ou em andamento.

A solenidade contou ainda com as presenças do diretor do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (Denacop), José Norberto Kretzer, que representou o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, escolhido como patrono da turma, o superintendente da Ocepar, José Roberto Ricken, homenageado especial, João Luiz Passador e Maurício Ribeiro do Valle, professores homenageados e Marcelo Bomsenhor Martins, como funcionário do Sescop Paraná homenageado. A formatura foi conduzida pelo professor Sigismundo Bialokoski Neto, coordenador do Programa MBA de Cooperativismo pela Fundace/USP. ■

COMPROMISSO COM O PARANÁ

O SICREDI, Sistema de Crédito Cooperativo, é uma instituição formada por cooperativas de crédito.

As cooperativas de crédito integrantes do SICREDI são instituições financeiras que pertencem aos seus associados e são um instrumento de organização econômica da comunidade, oferecendo soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da comunidade.

Para atender as necessidades dos associados, foram criadas empresas corporativas que garantem serviços especializados e ganhos em escala.

Vários produtos e serviços estão à disposição para atender as necessidades dos associados.

No Paraná, o SICREDI está presente em mais de 212 municípios, com 253 unidades de atendimento e, em algumas comunidades, as cooperativas de crédito são a única instituição financeira.

Para o SICREDI, mais importante é o seu compromisso com o desenvolvimento das comunidades onde atua. Por isso, mais de 170 mil paranaenses já aderiram e usufruem dos benefícios do seu Sistema de Crédito Cooperativo, presente em seis estados brasileiros.

*SICREDI, Sistema de Crédito Cooperativo
e o compromisso com o desenvolvimento do Paraná.*

O seu
Sistema de
Crédito Cooperativo



www.sicredi.com.br

Unimed e as paraolimpíadas

“O esporte paraolímpico é uma ferramenta de inclusão e recuperação de pessoas com deficiência”

A Unimed é o plano de saúde do Comitê Paraolímpico Brasileiro. A parceria, que surgiu de uma iniciativa da Federação das Unimed's do Estado do Paraná, está atendendo 300 pessoas entre atletas, guias, técnicos e funcionários do Comitê, entre os quais 17 atletas paranaenses. O apoio da Unimed é nacional e consiste no atendimento médico para a equipe do Comitê Paraolímpico Brasileiro durante toda a temporada de 2004, nas etapas classificatórias e também na Paraolimpíada de Atenas, que ocorre entre 17 e 28 deste mês de setembro, na Grécia.

O contrato foi assinado em abril último, durante a abertura do III Encontro das Unimed's do Pólo Mercosul, em Foz do Iguaçu, entre os presidentes da Unimed do Brasil, Celso Barros, e do Comitê Paraolímpico, Vital Severino Neto. De acordo com Vital, a assinatura dessa parceria está proporcionando um melhor acompanhamento dos atletas, resultando na obtenção de resultados técnicos melhores nas Pa-



Dirigentes da Unimed e do Comitê Paraolímpico reunidos durante encontro em Foz do Iguaçu

raolimpíadas de Atenas e marcando, com isso, um novo tempo para o esporte paraolímpico brasileiro. “O esporte paraolímpico é uma das ferramentas mais eficazes na inclusão e recuperação das pessoas com deficiência. Ele devolve a muitas pessoas a esperança na vida, a garra e a vontade”, finalizou Vital.

Responsabilidade social

Para o presidente da Unimed do Brasil, Celso Barros, esse convênio é emblemático, e demonstra a maturidade alcançada pela visão de Responsabilidade Social na Unimed. São centenas de projetos que vêm se desdobrando em iniciativas vitoriosas por

todo o país, com destaque muito grande nas cooperativas da região Mercosul.

“Isso apenas confirma que, além da liderança do setor supletivo de saúde, e sendo gerador de trabalho e riqueza para milhares de médicos e colaboradores, o Sistema Unimed assumiu de maneira eloqüente a responsabilidade de promotor do desenvolvimento social e da qualidade de vida. No conjunto dessas ações, o es-

porte ganha destaque pela identidade que tem com a nossa vocação profissional”, afirma Barros. Segundo o presidente da Federação do Paraná, que teve a idéia do patrocínio, a parceria entre a Unimed e o Comitê Paraolímpico é de extrema importância para a equipe porque além de atuar em benefício de um segmento pouco incentivado, os atletas têm alcançado resultados espetaculares no desempenho e nas marcas obtidas. Palmquist acrescenta ainda que a ação da Unimed contribui para a inclusão do imenso grupo de brasileiros portadores de deficiência nas pautas de discussão dos temas sobre grupos marginalizados da população. ■

Unidade Industrial de Milho

Da canjica ao óleo bruto, a mesma origem. A mesma qualidade.



A Unidade Industrial de Milho da Integrada (UIM) processa 12 mil toneladas de milho por mês em 20 produtos que abastecem as principais indústrias alimentícias do País. Além de produzir matéria-prima para indústrias e rações e óleo bruto de milho para exportação. São indústrias, em Andirá e Cambará, que geram empregos e desenvolvimento para o norte pioneiro do Estado e agregam valor à produção agrícola de seus cooperados. Com a UIM a Integrada participa de toda a cadeia produtiva do milho, do plantio à industrialização, e incentiva a rotação de culturas na agricultura paranaense.

www.integrada.coop.br

Matriz - Londrina | 43 3374.7000



Energia

Geração de energia elétrica mostra a diversidade na produção do sistema cooperativista

cooperativa

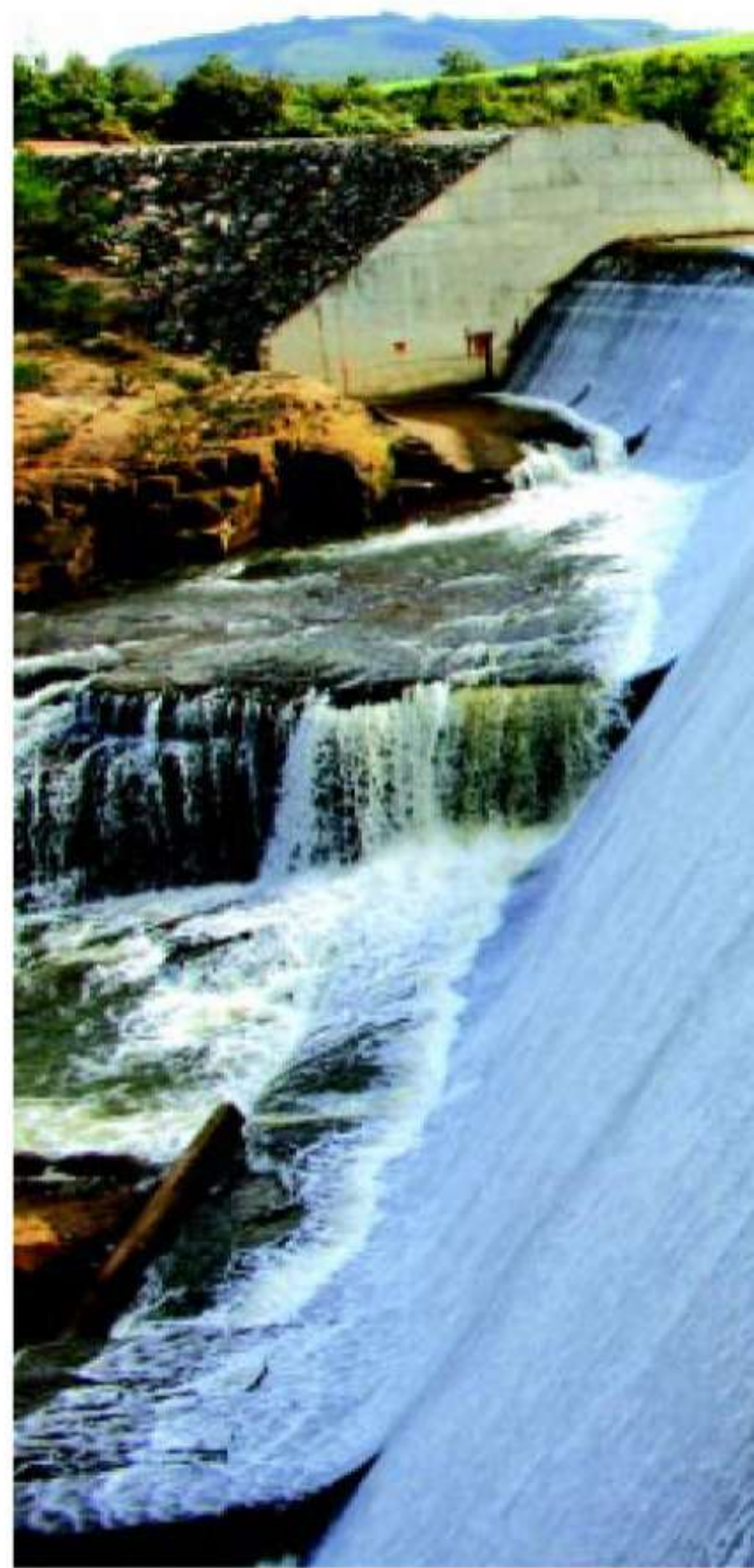
Um ousado projeto de intercooperação, com tecnologia de ponta e recursos humanos altamente capacitados, revela a diversidade na produção do cooperativismo paranaense. Além de distribuir energia, as cooperativas de eletrificação rural começam a desenhar um novo cenário, apostando agora no futuro do mercado de geração. Sob o comando das cooperativas Eletrorural (Castro), Ceral (Arapoti) e Ceripa (Itaí-SP) foi criada a Pesqueiro Energia S.A., formada com o propósito de construir a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Pesqueiro – estruturada sobre o Rio Jaguariaíva, no município de mesmo nome – que está completando 20 meses de operação como uma importante referência das chamadas fontes alternativas de geração de energia.

Com uma produção anual média de 80 mil megawatt/hora/ano e uma potência instalada de 12,44 megawatt, a energia gerada pelas cooperativas é suficiente para abastecer uma cidade de 40 mil residências. Contudo, como a legislação brasileira não permite a comercialização dessa energia para consumidores residenciais, a produção da Pesquei-

ro é comercializada junto ao segmento industrial. Através do sistema interligado de distribuição em funcionamento no Brasil, a energia gerada em Jaguariaíva é consumida por empresas de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O grande foco das PCHs, explica Luiz Alfredo Strickert, gerente-executivo da Eletrorural e coordenador administrativo da Pesqueiro, é a chamada geração distribuída de energia, que com redes de transmissão menores reduzem os custos operacionais e de distribuição. Se no passado a demanda de energia era atendida por meio de geração de porte, as mudanças no setor elétrico verificadas recentemente sugerem uma maior utilização da geração distribuída. Essa nova alternativa de produção, onde se encaixa a Pesqueiro, está sendo possível graças às novas tecnologias disponíveis no mercado, com destaque para o aperfeiçoamento dos sistemas de telecomando e à desregulamentação do setor elétrico, que liberou a conexão das PCHs ao Sistema Interligado Nacional.

Para Evandro Terra Júnior, engenheiro da Ceral e coordenador da operação e manutenção da PCH Pesqueiro, uma das grandes vantagens dessas estruturas, que apesar de serem



relativamente pequenas estão inseridas num contexto complexo de geração e distribuição, é que elas podem ser estratégica e geograficamente distribuídas. Isso significa que a Pequena Central Hidrelétrica também representa um reforço no abastecimento de energia elétrica do País, com o diferencial da flexibilidade, que permite sua instalação em regiões onde não

Tecnologia de fibra óptica



Barragem da Pequena Central Hidrelétrica Pesqueiro.
No detalhe, sistema que permite operação à distância



Com utilização de cabos de fibra óptica, a PCH Pesqueiro conta com um sofisticado sistema de controle à distância que permite monitorar, acionar ou interromper o funcionamento da usina. “Ao mesmo tempo em que é possível detectar falhas que possam estar ocorrendo nos procedimentos de operação da usina, a tecnologia permite ações mais complexas, como o acionamento do mecanismo de abertura e fechamento de comportas”, disse o engenheiro Evandro Terra Júnior.

Além de garantir mais segurança, com um acompanhamento técnico e especializado constante, a possibilidade de controlar à distância a central hidrelétrica também proporciona economia com recursos humanos e com gastos operacionais. O acesso às leituras e medições das turbinas e outros equipamentos, por exemplo, pode ser feita através de um computador na sede da Cooperativa Ceral, em Arapoti, a 32 quilômetros da casa de máquinas da Pesqueiro, local onde ocorre a geração da energia.

existem grandes bacias hidrográficas. Cenário diferente do que acontece com as usinas maiores, como Itaipu, por exemplo, que demanda um grande potencial hídrico.

O investimento em PCHs tornou-se viável a partir da chamada desregulamentação do setor elétrico pelo governo federal, em 1995. Com a abertura proporcionada, empresas

particulares, inclusive as cooperativas, passaram a ter o direito de gerar e vender energia. Até então, somente as concessionárias estatais podiam gerar energia para venda a terceiros. Foi assim, então, que as cooperativas decidiram entrar no mercado de geração, não especificamente para consumo próprio, mas também para comercializar a produção fora quadro social.

Investimento de R\$ 18 milhões

Para construir uma das PCHs mais modernas em operação no Brasil, as cooperativas investiram aproximadamente R\$ 18 milhões – recursos próprios – em uma obra que teve início em maio de 2001 e foi concluída em dezembro de 2002, com a geração de energia a partir de janeiro de 2003. Duzentos funcionários, de cinco empresas especializadas trabalharam diretamente no empreendimento.

A estruturação da pequena central hidrelétrica na região só foi possível graças às condições naturais da área. As principais características são o relevo, que oferece uma queda de 86 metros, proporcionando potência suficiente na movimentação das turbinas, e a vazão média do Rio Jaguariaíva, que atinge 17,6 m³/segundo, garantindo o volume de água necessário para o bom desempenho e aproveitamento da potência instalada.

Para canalizar a água da barragem até as turbinas, a obra exigiu a construção de um túnel de 960 metros. Aberto em meio às rochas, o túnel passa, literalmente, embaixo do Morro da Mandinga, numa verdadeira obra de arte da engenharia. A central hidrelétrica também utiliza uma rede própria de transmissão, com 17 quilômetros de extensão, para transportar a energia gerada até a subestação da Copel, em Jaguariaíva, que está inserida no Sistema Interligado Nacional.

Meio ambiente

Uma das preocupações antes e após a construção da obra é o meio ambiente. Com o apoio de empresas da



PCH Pesqueiro está completando 20 meses de operação

área ambiental, as cooperativas dedicam atenção especial na reposição da mata ciliar e na preservação da fauna e flora da área ocupada pela Pesqueiro. Evandro Terra Júnior explica ainda que outras ações, de caráter per-

manente, são implantadas constantemente, visando atender as especificações dos órgãos e da legislação ambiental em vigor e também com o objetivo de harmonizar o projeto com o meio ambiente. ►

Números da Obra

Solo e rochas	350.000 m³ (*)
Concreto	11.000 m³
Cimento	2.400.000 quilos
Ferro	173.000 quilos
Funcionários	200

(*) Volume de terra movimentado

Números da Pesqueiro (*)

Investimento	R\$18milhões
Potência	12,44 megawatt
Produção	80 mil megawatt/hora/ano
Cooperativas	Eletrorural, Ceral e Ceripa (*)
Cooperados	7.620

(*) Ceripa (40%), Eletrorural (30%) e Ceral (30%)

Copacol

O mundo do frango todos os dias

Há mais de 20 anos
a Copacol produz cortes
nobres de frango.
São produtos com
tradição e qualidade,
levados à mesa do
consumidor e com
a certificação ISO 9001.



Agregando valor à atividade

Do ponto de vista do cooperado, Petter Johannes Beckers, presidente da Ceripa e diretor-presidente da Pesqueiro, acredita que a geração de energia fortalece e agrega valor à atividade das cooperativas de infra-estrutura. Além disso, no futuro também será uma forma de garantir energia ao cooperado. Se por um acaso venha a ocorrer algum problema no mercado de energia – questões de preço e até de disponibilidade –, a produção da PCH pode ser deslocada para atender os cooperados das três cooperativas que integram a Pesqueiro.

Com 30% do capital da Pesqueiro, a Ceral possui 340 cooperados; a Eletorrural detém outros 30% e possui 280 cooperados; en-

quanto que a Ceripa tem 40% do capital e congrega 7 mil cooperados. A coordenação da empresa está dividida entre as três cooperativas, sendo a atual presidência exercida pela Ceripa; a administração e comercialização com a Eletorrural; e a responsabilidade pela operação e manutenção com a Ceral, até por questão de logística, já que a usina está mais próxima de Arapoti. O presidente da Eletorrural é Hendrik Nooroegraaf e da Ceral Adolf Hendrik van Arragon.

As cooperativas de eletrificação do Paraná foram pioneiras nas

instalações de rede e fornecimento de energia elétrica no meio rural e atuam como agentes regionais de desenvolvimento e distribuição de renda. Em atividade há mais de 30 anos, atualmente são em número de sete e congregam 9.000 associados, empregando diretamente 300 pessoas, que com suas famílias representam 1.200 paranaenses dependentes do papel sócio-econômico dessas sociedades.

Elas atendem diversos setores da pequena agroindústria rural através do fornecimento de energia elétrica, tais como ordenha me-

cânica, resfriamento do leite, luz, água, aviários, pocilgas, e etc., além dos diversos equipamentos rurais que dependem de energia.

“Isso leva conforto e aumenta a renda do homem do campo, contribuindo para evitar o êxodo rural e diminuir o inchaço demográfico dos grandes centros urbanos”, disse João Paulo Koslovski, presidente do Sistema Ocepar.

Essas cooperativas ainda desenvolvem atividades na prestação de serviços na área de energia, possuem oficinas de recuperação de motores e transformadores, lojas de materiais eletromecânicos, supermercados e agora desenvolvem, com a Pesqueiro, atividades de geração de energia.

Eletrificação Rural no Paraná

- ✓ 7 cooperativas
- ✓ 32 anos de atividade
- ✓ 9.000 associados
- ✓ 300 empregos diretos





**Potencia instalada da Pesqueiro
permite a geração de 80 mil
megawatt/hora/ano**



Obra construída pela Pesqueiro para canalizar água às turbinas

Estudo para novos projetos

As cooperativas que integram a Pesqueiro estão estudando alternativas de novos investimentos no setor. Petter Johannes Beckers, da Ceripa, disse que existem vários projetos futuros com o objetivo de, pelo menos, dobrar a capacidade atual de geração. Ele explica que a visão do grupo não é empreendedora somente do ponto de vista da comercialização de energia, mas tem o propósito de “garantir a geração e dar segurança aos nossos cooperados”.

Luiz Alfredo Strickert, da Eletrotur, destaca que o planejamento de novos projetos é feito com muita responsabilidade, com base na prospecção de mercado e na experiência das cooperativas no processo de distribuição e agora de geração de energia. Segundo Strickert, existem estudos para se investir na construção de novas usinas em outras bacias hidrográficas, buscando com isso reduzir os riscos hidrológicos.

A intenção das cooperativas com novos empreendimentos têm como

foco a auto-suficiência na geração de energia elétrica. A Pesqueiro também acredita que o concessionário privado trouxe segurança e chega para regularizar o setor. “Gerar energia é melhor que distribuir. Gerando você facilita e viabiliza a distribuição”, afirma Strickert, lembrando que esse projeto ainda conta com o diferencial de ser um investimento cooperativo.

Na avaliação de Johannes Beckers, a oferta e a concorrência proporcionadas pelas PCHs melhoram a qualidade e o preço ao consumidor. Assim, “as pequenas centrais são mais um caminho para melhorar o fornecimento, a um custo mais barato, acabando também com a dependência”. Além disso, a própria demanda dos cooperados já justificava um investimento em geração, disse Beckers, destacando que a usina superou as expectativas e hoje é um projeto consolidado. “A formação da Pesqueiro confirma o sucesso do cooperativismo, fortalecendo as cooperativas e garantindo energia aos cooperados.”

Cooperativas reivindicam a equalização de custos

As cooperativas de eletrificação rural do Paraná estão reivindicando ao governo do Estado e à Copel a equalização dos custos na prestação de serviços, comprometidos devido às constantes mudanças ocorridas no setor elétrico. A proposta, encaminhada e defendida pela Ocepar e Fecoerpa – Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Paraná, sugere uma compensação tarifária, com o aumento no valor do desconto das tarifas. “Com uma tarifa mais ajustada à realidade dos custos de distribuição e manutenção da rede, poderíamos tornar as cooperativas mais competitivas no mercado”, disse Edvino Schadeck, presidente da Fecoerpa.

A partir de um estudo realizado por uma equipe técnica, a Ocepar e a Fecoerpa propõem diferentes percentuais de desconto no repasse da energia pela Copel, que variam de acordo com a classificação da cooperativa. Os encontros com representantes do governo e da Copel para discutir o assunto vêm ocorrendo desde o início do ano. Depois de encaminhamentos mais concretos realizados nos últimos meses, os dirigentes estão agora na expectativa de um posicionamento favorável ao setor.

Em reunião realizada dia 26 de agosto, com a participação de dirigentes cooperativistas e do presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, da Fecoerpa, Edvino Schadeck, o vice-governador do Estado, Orlando Pessuti e o diretor de Finanças da Copel, Ronald Ravedutti



Dirigentes da Ocepar e de cooperativas em audiência na Copel

comprometeram-se em apresentar um posicionamento definitivo para as reivindicações até 15 de setembro. “De uma forma ou de outra, vamos atender às cooperativas”, disse Ravedutti.

Pedágio

Outra discussão das cooperativas é em relação a TUSD – Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição e TUST – Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão. A legislação descreve que para as usinas que foram construídas até dezembro de 2003 a isenção na utilização do sistema integrado de energia, da geração ao consumidor, seria de 100%. Porém, na prática, a interpretação é outra. A resolução mais recente da Aneel – número 77, de 18 de agosto de 2004 – diz que as fontes alternativas de geração têm isenção de 50% na utilização do sis-

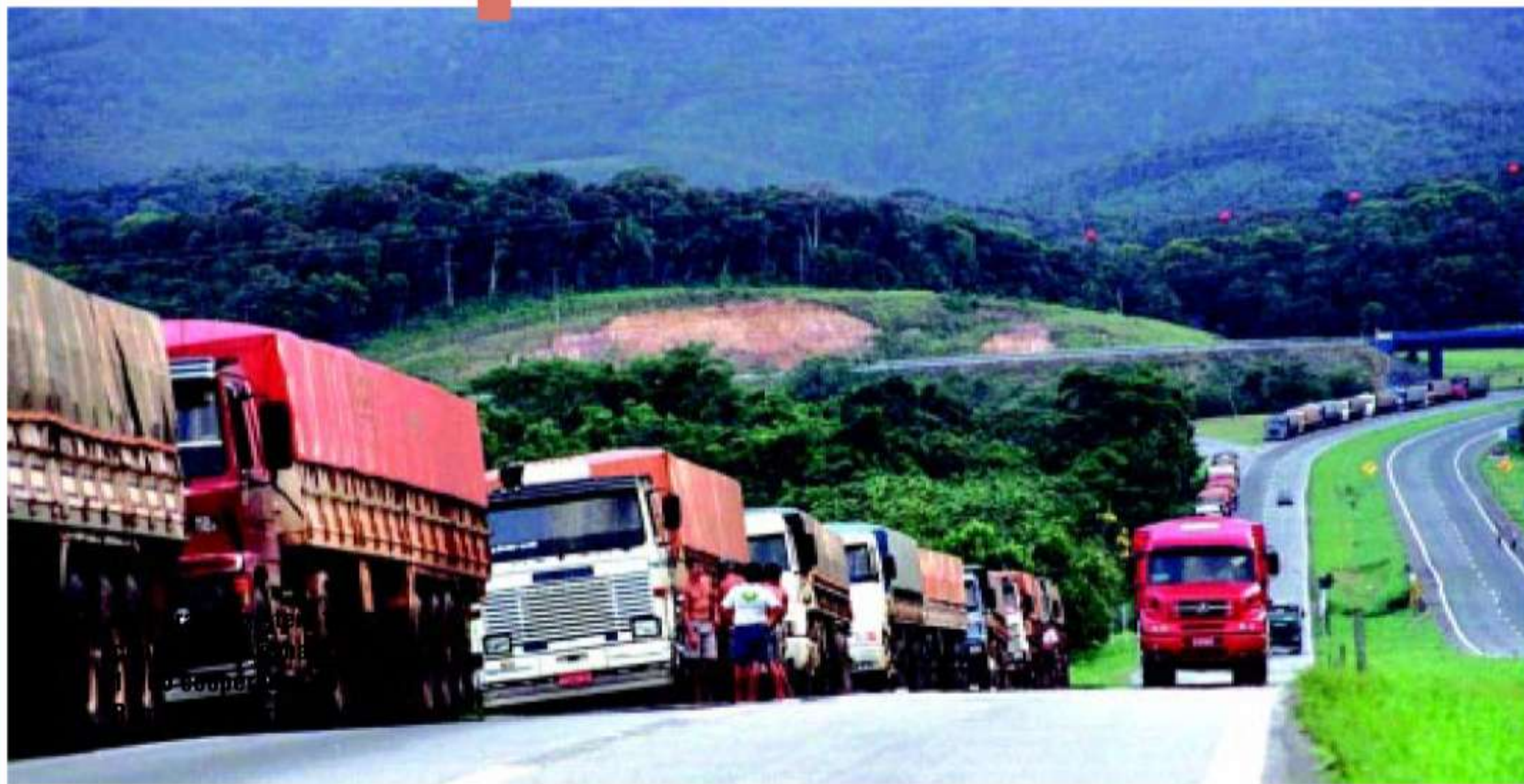
tema de ponta a ponta, da geração ao consumo.

O ideal, segundo Rosmir Cesar de Oliveira, da Eletrorural e coordenador geral da PCH Pesqueiro, é que a isenção desse “pedágio” no uso do sistema fosse de 100%, até como forma de tornar as fontes de geração alternativa mais competitivas dentro do mercado. Ou seja, o custo da taxa paga para a utilização da rede pode inviabilizar a comercialização da energia das pequenas usinas que trabalham dentro do universo da geração distribuída.

O custo desse pedágio é de responsabilidade do comprador da energia. Assim, ele só vai adquirir energia de uma PCH, por exemplo, se o preço, incluindo a tarifa para utilização do sistema, estiver mais em conta do que o praticado pelo concessionário cativo, o tradicional fornecedor de energia da localidade. ■

Integração e estruturação no Ramo Transporte

Cooperativas estão se qualificando para atender demandas específicas na movimentação de cargas



A crescente demanda do setor de movimentação de cargas e a necessidade de se tornar mais competitivo no mercado está mobilizando as cooperativas de transporte do Paraná. Além da preocupação com o processo de atualização e interpretação das regras legais que norteiam o cooperativismo e a atividade do transporte, elas es-

tão buscando ferramentas que possam conferir mais qualidade na prestação do serviço. Com o apoio do Conselho do Ramo Especializado do Transporte, da Ocepar, essas cooperativas começam a desenvolver ações mais práticas e objetivas que visam não somente a integração, mas a estruturação do setor.

Jean Carlos Ruthes, da Cooperlog,

de São José dos Pinhais, e que também é membro do Conselho Especializado, faz uma alerta para a necessidade de uma articulação mais efetiva desse ramo do cooperativismo, até como forma das cooperativas se estruturarem e se prepararem para o anunciado crescimento econômico do Brasil. “Fazemos parte, e temos que ter consciência disso, da cadeia pro-►

dutiva do País”, disse Ruthes, lembrando que o transporte é parte integrante do sistema logístico responsável pelo escoamento da produção agrícola e industrial. Ruthes reconhece a importância da representação desse ramo junto à Ocepar, apostando nesse apoio o fortalecimento do cooperativismo de transporte.

Atualmente são 13 cooperativas, que congregam aproximadamente 1.700 cooperados, devidamente registradas na organização estadual e que empregam mais de 110 funcionários. A frota está a serviço dos mais diversos setores da produção, que vão desde o escoamento da safra agrícola até o transporte de produtos perigosos, cargas frigorificadas e automóveis, esta última operando na região do pólo metal-mecânico de Curitiba/São José dos Pinhais.

Na avaliação de Ruthes, a presença das cooperativas em atividades que exigem mais qualificação profissional mostra que, na medida em que existe uma demanda específica do mercado, os cooperados também estão preocupados em se atualizar. “Queremos agora desenvolver ações conjuntas e discutir de maneira coletiva as necessidades, prioridades e reivindicações do setor.”

Entre os temas que merecem maior atenção e que se tornaram pauta constante do dia-a-dia das cooperativas de transporte está a legislação, principalmente a tributária. Segundo Izaías Gonçalves Lopes, assessor de cooperativismo do Sistema Ocepar/Sescoop-PR, existe dificuldade na interpretação das leis.

O cooperado precisa entender, explica Izaías, que algumas questões, como INSS e Imposto de Renda, por exemplo, são obrigações que incidem sobre pessoas físicas e jurídicas, e não cabe nessa situação uma discussão setorizada. Já em questões que abrem margem para contestações, o sistema cooperativo tem atuado para atender às necessidades e defender os interesses das cooperativas e cooperados, como é o caso da PIS/Cofins.

Para debater esses e outros temas inerentes à atividade, o Sescoop-PR realiza dia 25 de setembro, em Ponta Grossa, o “Curso de Logística”, que estará abordando questões como a cadeia logística, seguros, movimentação de produtos perigosos e sistema de gestão da qualidade. O curso será aberto a dirigentes e funcionários de cooperativas de transporte e agropecuárias.

Vale-pedágio

As cooperativas também querem discutir na Justiça a obrigação legal imposta pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para

a utilização do vale-pedágio. Elas defendem a proposta de repassar em espécie (moeda corrente) o valor da tarifa. A justificativa, explica Nelson Canan, presidente da Cooperativa dos Transportadores Autô-

nomos Sudoeste (Cotransul) e coordenador do Ramo Transporte da Ocepar, é que além de encarecer os custos do transporte, a burocracia imposta na aquisição do vale estaria comprometendo a produtividade do setor. Uma única empresa, do Rio de Janeiro, detém a exclusividade de co-

José Augusto Valente, do ministério dos Transportes, com o caminhoneiro paranaense Galdino Pedro Kirsten



mercialização do vale-pedágio.

No mês de junho, a Justiça Federal concedeu liminar em favor da Cotransul desobrigando seus cooperados de cumprir as regras do vale-pedágio. De acordo com despacho da Subseção Judiciária de Francisco Beltrão, a ANTT deve se abster de multar a cooperativa “sempre que houver adiantando aos seus cooperados, em espécie (moeda corrente) nacional, os valores relativos aos pedágios existentes em sua rota, independente da aquisição do vale”. Isso significa que o pedágio pode ser repassado em espécie.

Em agosto, a ANTT publicou a Resolução nº 673, fixando multas mais severas para embarcadores que não fornecerem o chamado vale-pedágio ao transportador da carga. A nova determinação estabelece multa de R\$ 550,00 para os embarcadores que não cumprirem as regras. As operadoras de pedágio que não aceitarem os vales também estarão sujeitas à multa diária de R\$ 550,00 a cada infração cometida.

“Queremos desenvolver ações conjuntas e discutir de maneira coletiva as prioridades do setor”



Secretário Nacional dos Transportes viaja de caminhão pelo PR

Nos próximos meses, o governo federal deverá lançar o edital de concessão para cobrança de pedágio nas rodovias Fernão Dias (Belo Horizonte/São Paulo - BR 381), Régis Bittencourt (São Paulo/Curitiba - BR 116) e BR 101 (Curitiba/Florianópolis), o chamado “Corredor do Mercosul”. E segundo o Ministério dos Transportes, para que não sejam cometidos os mesmos erros do passado, decidiu-se ouvir os principais envolvidos no assunto: caminhoneiros, transportadoras e lideranças das cooperativas que atuam no setor. Com esta missão é que o Secretário Nacional dos Transportes, José Augusto Valente, saiu de Belo

Horizonte no dia 15 de agosto, passou por diversas cidades de São Paulo e no dia 17, desembarcou em Curitiba de uma carreta “bi-trem” carregada com ferro, em companhia do caminhoneiro paranaense Galdino Pedro Kirsten, com mais de 26 anos de profissão.

No Paraná, além de descer de trem até os portos de Antonina e Paranaguá, o secretário participou de uma reunião no Contorno Leste da capital paranaense com representantes dos caminhoneiros, transportadores e lideranças de cooperativas que atuam no setor. Segundo Jean Carlos Ruthes, diretor da Cooperlog – Cooperativa dos Transportadores e Logística de São José dos Pinhais – e secretário

do Conselho Especializado do Ramo de Transportes da Ocepar, que também participou deste encontro com Valente, “o fato de um representante oficial do Ministério dos Transportes ter viajado mais de 1.500 quilômetros a bordo de um caminhão, sentido na carne todas as dificuldades que um caminhoneiro enfrenta, significa uma sinalização de que o governo federal irá tomar providências sobre as precárias condições de nossas estradas”, salientou Ruthes. O dirigente apenas lembra que esta mesma experiência deveria ser repetida em outras rodovias do País, principalmente nas não pedagiadas, além de buscar uma solução para a questão dos altos valores dos pedágios cobrados nas rodovias do Paraná.

Na opinião do secretário, as condições das rodovias visitadas até o momento, Fernão Dias e Régis Bittencourt são boas, mas com alguns trechos críticos que merecem uma atenção especial. Segundo ele, o mau estado de conservação das estradas é a principal reclamação dos caminhoneiros. No Porto de Paranaguá, os motoristas se queixaram das extensas filas de espera. Sobre o tema pedágio no Paraná, José Augusto Valente disse que este é um assunto a ser resolvido entre o governo estadual e as concessionárias. Ele aproveitou para esclarecer que, diferente de algumas notícias que foram veiculadas na imprensa paranaense, o governo federal não pensa, em hipótese alguma, reassumir as rodovias federais que cortam o Paraná.

A Ocepar e as cooperativas entendem que o estado de conservação das rodovias merece atenção especial, pois aliado ao déficit de infraestrutura em outras áreas como ferrovia, armazenagem e portos esse problema pode se constituir num gargalo para o crescimento da produção brasileira de grãos. ■

Planejamento da cadeia produtiva do leite

Um dos destaques da Agroleite foi o primeiro Fórum para o Planejamento Estratégico da Cadeia Produtiva do Leite no Paraná. Realização conjunta da Ocepar, Faep e Sindileite, o fórum debateu a necessidade de identificar e eliminar os gargalos que dificultam o negócio e assim garantir lucratividade para todos os segmentos da cadeia. O seminário serviu para o aprofundamento da discussão já existente em todo o País, reunindo lideranças do setor e representantes dos produtores para debater o futuro da produção do leite. O maior encontro já realizado no Estado para a discussão do tema, traçou algumas metas e ações a serem atingidas nos próximos



anos. Uma delas diz respeito aos problemas de tributação, com políticas diferentes entre os estados, alimentando uma competição desigual entre os produtores. Outro ponto destacado foi a necessidade de se agregar valor à produção, retirando do leite a característica de

commodity, com a oferta de produtos mais elaborados e com condições de inserção no mercado internacional, como é o caso do queijo exportado pela Frimesa, assim como o leite em pó da Confepar, que também tem como destino o exterior.

Negócios de R\$ 7 milhões na Agroleite

Com mais de R\$ 7 milhões em novos negócios realizados, público de 39 mil pessoas, 150 empresas expositoras e 90 criadores, a quarta edição da Agroleite, realizada de 10 a 14 de agosto pela Cooperativa Agropecuária



Castrolanda, colocou mais uma vez a cidade de Castro, a 150 km de Curitiba, em destaque no cenário nacional da indústria produtora do leite. O Parque Dario Macedo recebeu produtores, pesquisadores e empresas representantes de toda cadeia do leite, da preparação do solo para plantio até a industrialização. "As

dinâmicas de campo muito bem elaboradas e as discussões estratégicas, sem dúvida alguma consolidam a Agroleite como o principal evento exclusivamente focado na cadeia produtiva do País", afirma Gerson Medeiros, coordenador do evento. Na foto, Frans Borg, presidente da Castrolanda, durante a abertura do evento.

Colégios Agrícolas

Técnicos e diretores da Faep/Senar-PR e Ocepar/Sescoop-PR realizaram em 31 de agosto um seminário de integração entre as entidades, com o objetivo de traçar metas para a construção de um programa de trabalho para os estabelecimentos de ensino agrícola do Estado. O encontro, que contou com a presença do secretário de Estado da Educação, Maurício Requião foi considerado positivo pelos dirigentes. Na avaliação de João Paulo Koslovski, presidente da Ocepar, "essa discussão pode contribuir muito para o desenvolvimento das escolas agrícolas e da filosofia cooperativista". Através do Procoope, a Ocepar vem apoiando as atividades voltadas ao ensino nas cooperativas dos colégios agrícolas do Paraná.

Cidade Cooperativa é destaque no site da SRB

A matéria especial da edição de agosto da revista Paraná Cooperativo serviu de pauta para uma reportagem sobre cooperativismo publicada no site da Sociedade Rural Brasileira (SRB). Com o título "No oeste paranaense", cooperativa rural responde por 80% do PIB de Cafelândia, a notícia da SRB destaca a importância do sistema cooperativo no desenvolvimento econômico e social das economias regionais. "Quem ainda têm alguma dúvida sobre a eficácia do cooperativismo brasileiro, como gerador de divisas, emprego e renda, examine e mire-se no

exemplo de Cafelândia, a cidade cooperativa. Esse município do oeste paranaense, de 12 mil habitantes, é a sede da Cooperativa Agrícola Consolata, a Copacol, cujas atividades, diretas e indiretas, respondem por 80% do PIB de Cafelândia. A segunda edição da revista Paraná Cooperativo, editada pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) publica um completo perfil da Consolata,



mostrando porque a cooperativa é o principal instrumento do desenvolvimento econômico de Cafelândia e região", enfatiza a matéria.

Crédito I

Em artigo publicado por diversas revistas, o ex-ministro da Economia do governo José Sarney, Mailson da Nóbrega, reconhece o desenvolvimento das cooperativas de crédito brasileiras. "Poucos podem ter dúvida de que o cooperativismo de crédito caminha para um lugar de destaque no sistema financeiro brasileiro. Será uma questão de tempo. Há disponibilidade de líderes e profissionais com capacidade para tanto. E não se pode descartar a integração crescente dos três sistemas existentes, o que contribuiria adicionalmente para o seu fortalecimento e ascensão". Os três sistemas a que se referiu são o Sicredi, o Sicoob e o Unicred. Destes, o Sicoob e o Sicredi têm banco próprio, enquanto o sistema Unicred estuda a constituição do seu, mas não descarta a possibilidade de aderir a um dos sistemas existentes.

Crédito II

As 127 cooperativas do Sicredi de seis Estados começam a captar, na primeira quinzena de setembro, a Poupança Rural, autorizada pelo Banco Central em março último. No Paraná, a captação será feita através da maioria das 260 unidades de atendimento Sicredi, em nome do Banco Cooperativo Sicredi. As regras da poupança rural são idênticas às da poupança convencional, inclusive juros e destinação. O Sicredi, no entanto, aposta em dois diferenciais importantes na poupança que passa a captar: qualquer cidadão pode abrir uma Poupança Sicredi, não sendo necessário ser associado à cooperativa; e 65% dos

recursos captados serão destinados, imediatamente, ao crédito rural. Por isso, o Sicredi vai se valer de interessante apelo, segundo o qual os recursos dos poupadores vão beneficiar as suas comunidades. O volume total aplicado em poupança pelos brasileiros soma cerca de R\$ 143 bilhões, ou 16% de todos os ativos. A Sicredi



Fronteira, de Capanema, participou do teste de lançamento, realizado na última semana de agosto. "Multiplique o seu real com investimento simples e seguro" é o slogan da campanha de divulgação da Poupança Sicredi.

Crédito III

O sistema Unicred do Brasil, que no Paraná tem uma central, 7 cooperativas e 28 postos de atendimento completou em julho 10 anos de constituição. Presente em todo o Brasil através de dez centrais, o sistema Unicred tem 96.457 cooperados, 130 cooperativas e 337 postos de atendimento. No ano passado, teve um crescimento considerável no quadro de associados: 19,41% em relação ao exercício anterior, passando de 76.288 para 91.097. O sistema tinha, em dezembro, 1.700 funcionários. No Paraná, o sistema Unicred administra mais de R\$ 164 milhões em recursos, sendo o segundo maior sistema de crédito cooperativo.

Tendências do agronegócio e meio ambiente

Dentro das metas do programa “Paraná Cooperativo 2010”, 80 dirigentes, gerentes e técnicos das áreas de planejamento das cooperativas se reuniram no dia 26 de agosto, em Curitiba, durante seminário sobre as tendências comerciais para o agronegócio e questões ambientais. “Evento este que contribui de forma direta para a segunda etapa dos trabalhos, aonde cada cooperativa deverá projetar suas estratégias de planejamento”, lembra Pedro Salanek Filho, analista financeiro do Sescop-PR. Antes da realização deste evento – lembra Pedro –, na primeira quinzena de agosto também foram realizadas quatro reuniões regionais nos núcleos Centro Sul (Ponta Grossa), Norte e Noroeste (Maringá), Oeste (Cascavel) e Sudoeste (Dois Vizinhos) que debateram sobre a importância do desenvolvimento de uma visão sistêmica, bem como trabalharam na construção de mapas em redes das cooperativas com auxílios dos profissionais do IBQP, Gastão Otávio Franco da Luz e Rosimery de Fátima Oliveira.

Na opinião de Marcos Prado, gerente corporativo da Castrolanda, que participou das reuniões, “esta iniciativa da Ocepar, além de ser uma ótima idéia, impulsiona as cooperativas a ter



Mendonça de Barros: “é preciso pensar estratégias mais agregadas”

um direcionamento estratégico de longo prazo, a identificar os potenciais problemas e necessidades do sistema. Ajuda a criar e manter a cultura do planejamento. É fundamental, saber onde estamos, aonde queremos chegar e como poderemos chegar aos objetivos traçados”, disse. Ele ainda destaca que, junto com a cultura do planejamento, “reforçamos os conceitos de responsabilidade social e de agentes de desenvolvimento da sociedade, manifestados por meio de ações que já consagraram algumas cooperativas”.

Alexandre Mendonça de Barros, um dos palestrantes do seminário, afirma que é preciso pensar em estratégias mais agregadas para saber lidar com um mundo tão mutante. “Nos últimos anos o agronegócio brasileiro experimentou uma expansão muito rápida, e a tendência é que esta aceleração diminua, o que é natural. Mesmo assim temos como

projetar a longo prazo a demanda de alimentos. Se nascer mais gente há maior demanda, se a renda crescer há demanda, portanto, precisamos montar estas estratégias com estimativas de quanto crescerão os principais mercados é isto que o Paraná se propõe fazer, com profissionalismo”, argumenta. Ele crê no planejamento estratégico como uma ferramenta importante. “O mercado agrícola é volátil, tem movimento, o Brasil está mu-

dando muito rápido e precisamos calcular quanto é que vai crescer a nossa capacidade de produção e de infra-estrutura. Estes números com certeza também servirão para reivindicar políticas públicas que venham atender estas demandas importantes”, afirma.

Reserva legal, licenciamentos ambientais, matas ciliares, auditorias, passivos, etc. Estes foram alguns dos temas abordados pelo engenheiro florestal do IAP, Pedro Dias, no seminário. Para ele, as cooperativas devem levar em conta neste planejamento a nova visão sobre as variáveis ambientais como um componente econômico, do qual se deve extrair condições diferenciais para ocupar novos mercados lá fora. “Se assim for, com certeza o Paraná sai na frente e conseguirá agregar um valor maior para um mercado internacional que considera, e muito a qualidade ambiental”, lembra.



Esse nome tem sabor

Vendas

(44) 649-8203

(44) 649-8204

(44) 649-8205

www.cvale.com.br


c.vale[®]

Sem transgênicos, PR perde US\$ 250 milhões

Estudo realizado por entidades do agronegócio mostra a redução de custos com o cultivo da soja transgênica

E estudo técnico realizado pelas entidades, Ocepar, Faep, Abrasem, Apasem e Sociedades Rurais do Paraná comprova que se na última safra o Estado do Paraná tivesse plantado 100% de sua área de soja com sementes geneticamente modificadas, teríamos tido uma redução nos custos de produção na ordem de R\$ 749 milhões, ou seja, foi aproximadamente US\$ 250 milhões que os produtores paranaenses gastaram a mais para produzir soja convencional. O estudo lembra que com a transgenia seria possível atingir uma redução de 13,60% nos custos totais de produção e de 24,20% no custo variável.

Mas não são somente reflexos positivos no campo econômico que o estudo aponta: o meio ambiente também seria beneficiado, pois haveria uma redução significativa na utilização de herbicida. Considerando uma



área cultivada no Paraná de 3,9 milhões de hectares, na última safra, o plantio de soja transgênica representaria uma redução de 1,95 litros de herbicida por hectare. Vezes a área daria um total de 7,640 milhões de litros do produto a menos no meio ambiente, gerando uma redução de cus-

tos de 348,35%, ou R\$ 678,67 milhões de economia para os produtores paranaenses. Isto sem falar na redução dos riscos à saúde humana, pois com a soja geneticamente modificada os produtores passariam a utilizar um único produto com classe toxicológica faixa verde (IV), ao contrário do coquetel de produtos

com toxicidades mais altas que são obrigados a usar atualmente.

O estudo também mostra que a redução de custos com utilização de máquinas, equipamentos e consequentemente combustível, devido a diminuição da aplicação de herbicida, geraria uma economia de 22,14%, ou aproximadamente R\$ 180,83 milhões, tendo como base a área cultivada de soja no Estado na última safra. Foram consideradas as operações de dessecação e plantio para os dois sistemas de cultivo, no entanto, para o transgênico considerou-se mais uma aplicação de herbicida, enquanto que, para o convencional mais duas aplicações (uma para o controle de plantas daninhas de folha larga e outra para o controle de gramíneas). O estudo feito pelas entidades confirma que para o cultivo

de transgênico há uma aplicação a menos de herbicida quando comparado à soja convencional.

As entidades salientam que, apesar de não concordarem com os critérios adotados no Rio Grande do Sul para o pagamento de royalties à empresa detentora da tecnologia, o custo da semente passaria de R\$115,70/ha (convencional) para R\$ 143,90/ha na transgênica. O estudo lembra que atualmente os produtores já pagam royalties para as empresas de pesquisa referente à proteção de cultivares, pelas sementes produzidas pelas diversas entidades de pesquisa no país.

O documento ainda faz uma comparação entre a redução de custos do cultivo de transgênicos com o Valor Bruto da Produção no Paraná em 2003. Naquele ano, o VBP estadual foi de R\$ 28,01 bilhões, onde neste

total, o cultivo de soja contribuiu com 24,7%, ou seja, R\$ 6,95 bilhões. Se levarmos em consideração a redução de custo no cultivo de soja transgênica no Paraná, apontado pelo estudo, em R\$ 748,96 milhões, diríamos que o impacto é de aproximadamente 10,78% no valor bruto da soja paranaense, ou seja, 2,67% do Valor Bruto da Produção Paranaense. Para as entidades, os recursos que poderiam ser gerados para a economia estadual com o cultivo de transgênicos, poderiam ser revertidos num maior desenvolvimento regional, com a geração de centenas de empregos e renda. A íntegra deste estudo, inclusive com a memória dos cálculos e todas as fontes consultadas pelas entidades na elaboração do documento, pode ser acessada no seguinte endereço da internet: www.ocepar.org.br ■

CONFEPAR

22 anos trabalhando em prol do cooperativismo!

Qualidade
CONFEPAR

Em Londrina está a sede da Confepar que conta através de suas filiadas, com aproximadamente 6 mil produtores de leite que confiam na força do cooperativismo e reconhecem o importante papel social desempenhado pelas cooperativas. Atualmente industrializa cerca de 800 mil litros de leite por dia. O potencial desta cooperativa vem crescendo a cada ano, atualmente a Confepar é a única exportadora de leite em pó no Paraná.

A Confepar não tem medido esforços para contribuir com o desenvolvimento da Cadeia produtiva do leite. Sua prioridade é promover o desenvolvimento técnico, econômico e ambiental das propriedades para consequentemente ampliar a cada dia a qualidade de vida dos produtores de leite e seus familiares.



Safra aguarda regras da Biossegurança

Osmar Dias quer aprovar substitutivo para evitar novos problemas de cultivo e comercialização

A Comissão de Educação do Senado (CE) aprovou em agosto o substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) para o projeto de Biossegurança. No relatório apresentado, Dias defendeu a autonomia da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para a liberação dos transgênicos e autorizou a pesquisa em células tronco. O senador trabalha agora para encaminhar o mais breve possível o substitutivo para votação em plenário. A preocupação é com o cultivo da nova safra de verão, que dependendo da região do País tem início já em ou-

tubro. "Precisamos regulamentar a questão dos transgênicos, caso contrário teremos novos problemas de comercialização e o prejudicado será o produtor", disse o parlamentar.

Osmar Dias lembra que o agricultor plantou transgênico com base em uma Medida Provisória editada pelo governo federal. O problema, "é que essa MP é válida por apenas um ano, situação que exige urgência na definição das novas regras, com a aprovação do projeto de Biossegurança." Depois de passar pelas comissões, a matéria precisar ser aprovada pelo plenário do Senado e voltar para a

Câmara, onde já havia sido aprovada, para nova apreciação.

O senador defende também que a CTNBio tenha autonomia para autorizar a pesquisa e a comercialização dos transgênicos no Brasil. Atualmente, o projeto prevê que a liberação para fins de pesquisa seria da CTNBio, porém, a comercialização dos órgãos geneticamente modificados ficaria sob responsabilidade de entidades de saúde e ambientais. O vice-presidente executivo da OCB, Luiz Roberto Baggio, que acompanha as discussões sobre o assunto em Brasília, disse que o texto do projeto é o melhor apresentado até agora. ■



Fomentando a agropecuária e fortalecendo o cooperativismo em Marechal Cândido Rondon e região!

Parabéns a todos os cooperativistas que trabalham para a construção de um mundo melhor!



Trigo mobiliza setor produtivo

Câmara Setorial reivindica recursos de amparo financeiro à safra que está sendo colhida

A exemplo de anos anteriores, produtores iniciam a colheita da atual safra de trigo num clima de incertezas por conta da falta de recursos disponíveis para a comercialização. E, mais uma vez, os segmentos que integram a Câmara Setorial do Trigo se mobilizam com o objetivo de sensibilizar o governo federal sobre a necessidade emergencial de se definir políticas públicas que garantam amparo financeiro à logística de comercialização.

Em reunião no dia 24 de agosto, realizada na sede da Ocepar, em Curitiba, técnicos de entidades ligadas à cadeia produtiva do trigo discutiram os problemas com o diretor do Departamento de Abastecimento e Agropecuária da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, José Maria dos Anjos e encaminharam um documento ao governo federal com as reivindicações do setor para viabilizar a comercialização de uma safra estimada em 6,2 milhões de toneladas. O consumo interno deve ser de aproximadamente 10,2 milhões de toneladas.

Também participaram do encontro na Ocepar Rui Polidoro Pinto, da Câmara Setorial de Cereais de Inverno; Roland Guth e Reino Pécola Rae, da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo); deputado Abelardo Lupion, representante da Comissão de Agricultura da Câmara Federal; Márcio Silva Júnior, da Conab; Tarcisio Minetto, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; técnicos da Federação da



Propostas encaminhadas ao governo federal foram definidas durante reunião da Ocepar

Agricultura do Paraná (Faep) e da Secretaria de Estado da Agricultura (Seab).

Brasília

No dia 25, o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, acompanhado de representantes da Faep, Federação das Cooperativas Agrícolas do Rio Grande do Sul (Fecoagro-RS), Abitrigo e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), participou de uma verdadeira peregrinação em Brasília, expondo a situação e buscando apoio às reivindicações. Foram audiências com deputados, senadores, diretores do Banco do Brasil e assessores dos ministérios da Agricultura e Fazenda.

O documento com as propostas do setor sugere, em caráter de emergência, a alocação de recursos para os Contratos de Opção, Linha Especial de Crédito à Comercialização (LEC), Empréstimo do Governo Federal EGF,

Aquisição do Governo Federal (AGF), realização de leilões de Prêmio de Escoamento da Produção (PEP) e medidas para viabilizar o alongamento do custeio. Os técnicos estimam em mais de R\$ 1 bilhão o volume de recursos necessários para atender a demanda dos produtores.

Levando em consideração que os agentes públicos e financeiros que têm participação fundamental na cadeia produtiva se mostraram sensíveis às reivindicações e que a colheita do trigo já teve início em algumas regiões, os produtores aguardavam um posicionamento favorável do governo federal para o início de setembro. Durante a reunião da Câmara Setorial em Curitiba, também ficou deliberado que um grupo formado por representantes das entidades estará acompanhando as discussões e cobrando do governo federal a implantação das políticas públicas de apoio ao setor.

Mais de 20 mil disputam **Vagas** a prefeito e vereador

Eleições de 03 de outubro devem levar 6,8 milhões de eleitores às urnas

A campanha eleitoral está na reta final para o pleito do dia 03 de outubro. De acordo com números do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), são 960 candidatos disputando a prefeitura dos 399 municípios do Estado e outros 20.974 em busca de uma vaga nas câmaras de vereadores. Em oito cidades, os nomes do novo prefeito e vice estão praticamente definidos e serão somente referendados nas urnas. Nessas localidades, houve o registro de apenas uma chapa na disputa majoritária. Apesar de serem os únicos concorrentes, teoricamente esses candidatos concorrem contra os votos nulos. Se o número de nulos for superior ao de voto válidos, será necessário uma nova eleição.

Contudo, a grande mudança nas eleições deste ano é a redução do número de vereadores. Por decisão do TSE, posteriormente consolidada pelo Congresso Nacional, em todo o Brasil o número de vereadores foi reduzido em 14,1%, passando dos 60.276 atuais para 51.748. Um corte de 8.528 vagas. No Paraná, deixam de existir 315 vagas, reduzindo o número de vereadores dos atuais 4.007 para 3.692. O novo cálculo é proporcional ao número de habitantes dos municípios. No Es-

tado, somente Curitiba pôde aumentar o número de vereadores de 35 para 38. Londrina, segundo maior município do Paraná, reduz o número de cadeiras de 21 para 18.

No município de Uraí, Norte do Paraná, os nove vereadores que forem eleitos vão trabalhar os quatro anos sem receber salários. Pelo menos é o que determina uma nova lei aprovada pelos atuais vereadores e sancionada pelo Executivo Municipal. Apesar disso, o interesse por uma vaga não diminuiu, mas ao contrário. De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), no pleito de 2000 foram 87 candidatos, contra 100 deste ano.

Dentro das cooperativas, existem mais de 200 candidatos, funcionários ou cooperados, que estarão concor-

rendo a uma vaga para prefeito ou vereador em municípios de várias regiões do Estado. Para o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, a participação de pessoas ligadas ao cooperativismo revela que o sistema está participando e procurando contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social do País. "Quanto a nós, eleitores, é preciso ter consciência, analisar candidatos, proposta e optar por aquele realmente comprometido com os ideais cooperativistas."

Doze deputados paranaenses também voltam às urnas como candidatos a prefeito ou vice. São 8 dos 54 parlamentares estaduais e 4 dos 30 federais. Londrina é o município que concentra o maior número de deputados candidatos, sendo dois da Assembleia Legislativa e outros dois da Câmara Federal. Em Curitiba, são três deputados estaduais concorrendo a prefeito e um federal na disputa como vice.

Com uma população de aproximadamente 10 milhões de habitantes, o Estado tem um colégio eleitoral de 6.907.327 paranaenses aptos a votar, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os municípios onde existe a possibilidade de haver segundo turno, aqueles com mais de 200 mil eleitores, são Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa. ■

Candidatos e eleitores dos principais municípios (*)

Municípios	Candidatos		Eleitores
	Prefeito	Vereador	
Curitiba	12	558	1.179.334
Londrina	08	308	327.273
Maringá	08	193	218.805
Ponta Grossa	06	295	202.560
Foz do Iguaçu	03	156	173.473
Cascavel	04	195	169.862
Paraná	960	20.974	6.907.327

(*) Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Além do amplo leque de produtos nas gôndolas, a Cocamar produz muitos outros que você pode estar consumindo mesmo sem saber.

■ Farelos

destinados, como matéria-prima, a um amplo leque de indústrias

■ Óleo semi-refinado de caroço de algodão

indústria alimentícia

■ Linter de caroço de algodão

indústria alimentícia e outras

■ Fios de algodão

indústria têtil

■ Fios mistos (algodão + viscose + poliéster)

indústria têtil

■ Fios sintéticos

indústria têtil

■ Fios de seda

indústria têtil

■ Madeira tratada

cercamento de propriedades e construções rústicas

■ Álcool anidro

mistura, como aditivo, à gasolina

■ Álcool hidratado

combustível para motores

■ Suco concentrado e congelado de laranja

indústrias de sucos, bebidas e alimentos

■ Óleos essenciais de laranja

aromatizante, destinado à indústria alimentícia

■ D'limonene

extraído da laranja, é fornecido à indústria de produtos de limpeza

■ Fase oleosa

obtido da laranja, destina-se à indústria de perfumaria

Confiança a gente conquista



www.cocamar.com.br



INDICADORES ECONÔMICOS

A partir desta edição, a revista Paraná Cooperativo começa a publicar alguns dos principais indicadores econômicos que balizam o processo econômico/financeiro do País. São dados conjunturais, como taxa de inflação, câmbio, balança comercial, entre outros, cotações do mercado agrícola e pecuário e números do cooperativismo paranaense. As informações estarão disponíveis com um histórico dos últimos 12 meses e serão atualizadas a cada edição da revista. No caso da tabela que mostra a

presença das cooperativas no cenário econômico do Paraná, os números são a partir de 2000, consolidados até 2003 e com uma estimativa para 2004. A proposta desta nova seção é disponibilizar um material de consulta - com informações atualizadas -, aos técnicos e dirigentes que trabalham no sistema cooperativo, aos demais profissionais que atuam no agronegócio, bem como ao público leitor em geral, que de uma maneira ou de outra, necessita de informações do mercado financeiro.

INDICADORES CONJUNTURAIS DA ECONOMIA

ÚLTIMOS 12 MESES

Indicadores		Ago-03	Set-03	Out-03	Nov-03	Dez-03	Jan-04	Fev-04	Mar-04	Abr-04	Mai-04	Jun-04	Jul-04(*)	Ano-00	Ano-01	Ano-02	Ano-03	Ano-04
Taxa inflação	IPCA	0,34	0,78	0,29	0,34	0,52	0,76	0,61	0,47	0,37	0,51	0,71	0,48	5,97	7,67	12,53	9,30	3,91
	IGP-Di	0,62	1,05	0,44	0,48	0,60	0,80	1,08	0,93	1,15	1,46	1,29	1,14	9,80	10,40	26,41	7,67	8,11
Taxa desemprego	%	13,0	12,9	12,9	12,2	10,9	11,7	12,0	12,8	13,1	12,2	11,7	11,0	7,1	6,2	7,1	12,3	12,1
Taxa de Câmbio	R\$/US\$	3,00	2,92	2,86	2,91	2,92	2,85	2,93	2,90	2,91	3,10	3,13	3,04	1,83	2,35	3,49	3,08	2,98
Taxa Selic	%	23,51	21,02	19,54	18,32	16,9	16,33	16,31	16,20	15,97	15,78	15,80	15,90	16,19	19,05	20,44	23,37	16,04
TJLP	%	12,00	12,0	11,0	11,0	211,0	10,0	10,0	10,0	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	10,0	10,0	11,5	9,85
TR	%	0,404	0,336	0,321	0,178	0,189	0,128	0,046	0,178	0,087	0,155	0,176	0,195	0,173	0,189	0,274	0,379	0,138
Balança Comercial	Bilhões US\$	15,12	17,79	20,34	22,07	24,83	1,59	3,57	6,17	8,12	11,24	15,05	18,52	-0,75	2,64	13,13	24,83	18,52
IED	Bilhões US\$	8,49	11,01	12,53	12,39	5,08	3,84	2,81	1,62	1,57	0,70	-1,76	0,20	19,33	27,05	8,74	6,83	8,99
Res. Internacionais	Bilhões US\$	47,79	52,67	54,09	54,43	49,30	53,26	52,96	51,61	50,50	50,54	49,80	49,65	33,01	35,87	37,06	46,56	51,19

Fonte: Site dos Índices - www.ai.com.br, FGV, IBGE, Bacen, Midic - Elaboração: Ocepar/Getec -2004. (*) Estimativa

INDICADORES DE PREÇOS DO AGRONEGÓCIO

ÚLTIMOS 12 MESES

Indicadores	Unidade	Ago-03	Set-03	Out-03	Nov-03	Dez-03	Jan-04	Fev-04	Mar-04	Abr-04	Mai-04	Jun-04	Jul-04	Ano-00	Ano-01	Ano-02	Ano-03	Ano-04
Milho	R\$/Sc	13,02	14,35	14,19	14,83	15,25	14,91	14,81	15,67	18,20	18,96	17,37	15,97	10,75	8,31	13,90	15,73	16,65
Soja	R\$/Sc	32,80	35,57	41,05	43,95	42,53	42,54	42,46	48,15	47,57	45,89	40,32	35,98	17,21	19,06	25,69	37,42	44,49
Trigo	R\$/Sc	25,54	25,70	23,95	23,68	24,03	23,74	23,79	24,31	27,07	29,32	29,72	26,79	13,09	15,65	29,49	27,24	26,32
Algodão	R\$/@	16,08	16,24	16,51	17,82	18,09	19,28	20,42	20,52	20,77	17,54	16,18	15,61	9,35	8,28	9,96	17,50	19,12
Café em coco	R\$/kg renda	2,34	2,34	2,31	2,32	2,36	2,51	2,69	2,75	2,74	2,82	3,09	2,76	2,21	1,42	1,56	2,31	2,77
Frango vivo	R\$/kg	1,31	1,37	1,44	1,39	1,44	1,40	1,42	1,37	1,32	1,42	1,46	1,45	0,80	0,86	1,02	1,37	1,40
Suíno raça	R\$/kg	1,53	1,84	2,01	1,90	1,83	1,78	1,76	1,89	1,93	1,93	2,12	2,26	1,09	1,23	1,17	1,59	1,90
Boi gordo	R\$/@	54,92	56,53	56,77	57,73	57,38	57,26	55,96	54,30	53,66	54,40	55,45	56,10	38,15	40,21	45,41	54,14	55,17
Leite cota	R\$/l	0,43	0,43	0,44	0,42	0,42	0,40	0,39	0,40	0,41	0,43	0,47	0,48	0,30	0,28	0,30	0,41	0,42

Fonte: Seab/Deral, Elaboração: Ocepar/Getec - Ago/2004. Preços médios mensais recebidos pelos produtores paranaenses.

INDICADORES DO COOPERATIVISMO

Indicadores	2000	2001	2002	2003	2004*
Faturamento (bilhões R\$)	6,49	8,02	11,21	15,50	18,00
Cooperativas (unidades)	194	193	202	204	210
Cooperados (unidades)	243.224	245.884	266.523	293.579	300.000
Colaboradores (unidades)	28.460	30.421	32.693	39.059	45.000
Exportações (milhões US\$)	355,42	633,82	643,87	800,00	1.000,00
Investimentos (milhões R\$)	-	300	350	450	780
Participação no PIB do Paraná	9,70%	10,50%	13,30%	16,50%	18,00%
Participação no PIB agropecuário do PR	47,00%	55,00%	52,00%	53,00%	55,00%

Fonte: Ocepar. O PIB do Paraná em 2003 foi de R\$ 94,17 bilhões e o valor bruto da produção agropecuária no Paraná foi de R\$ 28,01 bilhões.

Fórum busca soluções ambientais

Um dos objetivos das discussões é analisar aspectos da legislação

Em função da crescente preocupação das cooperativas com questões ambientais, a diretoria do Sistema Ocepar aprovou em reunião realizada no dia 9 de agosto, a constituição do Fórum Profissional do Meio Ambiente, que será integrado por representantes das cooperativas e assessorado por um profissional especializado na área, que atuará junto à Gerência Técnica e Econômica. O fórum terá como objetivo analisar a legislação ambiental que afeta o setor produtivo e encaminhar propostas de solução.

A recente decisão do Ministério Público e do IAP, de que num prazo de 180 dias sejam retirados todos os armazéns de defensivos agrícolas das áreas urbanas é uma das questões que preocupam o setor produtivo. Este e outros assuntos foram tema de uma reunião com os secretários do Meio Ambiente e da Agricultura, no último dia 17 de agosto, com as presenças de dirigentes das cooperativas e a diretoria da Ocepar. Na ocasião, o secretário do Meio Ambiente, Luiz Eduardo Cheida, afirmou que estava solidário com as cooperativas e se comprometia a buscar soluções mais adequadas ao setor. Da mesma forma, o vice-governador e secretário da Agricultura, Orlando Pessuti, se comprometeu em também resolver estes problemas que afligem as cooperativas agropecuárias.

De fato o secretário se empenhou em buscar essas soluções através de novas reuniões realizadas, culminando com a criação de um grupo de trabalho, integrado pela Ocepar, Faep e Fiep para estudar e propor mudanças que contemplem a legislação ambiental e que sejam factíveis de atendimento. Uma das primeiras ações foi a suspensão da exigência de realocação dos armazéns.

Já os presidentes João Paulo Koslovski, da Ocepar e Ágide Meneguette, da Faep, se reuniram com o presidente da Fiep, Rodrigo Rocha Loures, para debater o assunto e encaminhar à Secretaria do Meio Ambiente um documento contendo uma análise detalhada dos principais problemas, propondo alternativas de solução. Na mesma ocasião os líderes setoriais se reuniram com o secretário Cheida e o Procurador de Justiça do Ministério Público, Sant-Clair Honorato dos Santos.

As novas exigências do IAP no licenciamento ambiental, como a realocação de armazéns para novas áreas, são uma importante preocupação do setor, pois afetam economicamente as empresas e, além disso, não estão de acordo com a legislação federal. Esse assunto tem que ser melhor avaliado e levar em conta que muitos armazéns foram instalados em áreas rurais e que, com o crescimento das cidades, se transformaram em áreas urbanas, portanto não é justo se exigir alteração no que já existe e está consolidado.

Reserva legal - No mês de julho último, o governo estadual editou Decreto de nº 3.320, criando 20 agrupamentos de municípios onde o produtor pode compensar a reserva legal. Esse agrupamento está em desacordo com o que propõe o Código Florestal, que determina que a reserva legal pode ser compensada na mesma bacia hidrográfica e no mesmo bioma. O decreto criou também os chamados corredores de biodiversidade, delimitando uma faixa de 5 km de cada lado dos principais rios, nos quais os produtores serão obrigados a fazerem a reserva legal nas próprias propriedades.

A atuação do Ibama em relação às empresas e cooperativas pela falta das licenças ambientais, mesmo quando é apresentado o protocolo de solicitação ao IAP, é outro assunto relevante. A proposta é agilizar a análise e a liberação dos pedidos das licenças ambientais e estabelecer convênio com o Ibama para não haver autuação quando existir protocolo de pedido de licenciamento.

O setor produtivo também propõe que se crie um programa estadual de florestas com finalidade econômica e que possam ser computada para fins de reserva legal. As entidades estão sugerindo também, a criação de grupo de trabalho para estudar as normas operacionais para o arrendamento de florestas, com objetivo de compensar a reserva legal. ■

Espaço do leitor

Esta seção da revista Paraná Cooperativo foi criada com o objetivo de abrir um espaço para participação do leitor, que através de correspondência enviada pelos Correios ou via e-mail pode esclarecer dúvidas, fazer críticas, sugestões ou então comentar alguma matéria de seu interesse.

As cartas devem ser encaminhadas para a Rua Mateus Leme, 575, Centro Cívico, CEP: 80530-010 – Curitiba/Paraná, ou pelo e-mail imprensa@ocepar.org.br



 Temos a grata satisfação em parabenizá-los pelo lançamento da revista Paraná Cooperativo. A comunicação cooperativista está entre as diretrizes do Sistema OCB, por isso temos a convicção de que a publicação contribuirá para a disseminação de informações no Sistema Cooperativista. Cumprimos toda a equipe da Ocepar pelo excelente trabalho, cujo resultado será revertido em benefícios para as cooperativas paranaenses e de todo o País.

Márcio Lopes de Freitas
Presidente da OCB e do SESCOOP

 Cumprimento-os pelo belo trabalho com a primeira edição da revista Paraná Cooperativo. Sucesso e longa vida para essa criança, assim como, principalmente, para seus pais!

Creso Moraes
Enfoque Comunicação



NÃO DEIXAR
EXPOSTO
À LUZ SOLAR



EMBALAGEM
RECICLÁVEL
SEM
RETORNO



0800 45 8800
www.lar.ind.br

SEM GÁS

Lar

ÁGUA MINERAL FLUORETADA NATURAL
510 ml

CARACTERÍSTICAS FÍSICO/QUÍMICAS

pH a 25°C 5,22

Temperatura
da água na fonte:
20,3°C

Condutividade
elétrica a 25°C
 $6,54 \times 10^{-6}$ mhos/cm

Resíduo de evaporação
a 180°C calculado
5,36mg/l

COMPOSIÇÃO QUÍMICA

Bário.....	0,007mg/l
Estrôncio.....	0,003mg/l
Cálcio.....	0,27mg/l
Magnésio.....	0,12mg/l
Potássio.....	0,10mg/l
Sódio.....	0,20mg/l
Bicarbonato.....	2,09mg/l
Fluoreto.....	0,01mg/l

A família do coração continua



Parabéns a toda a equipe pela Revista Paraná Cooperativo. Realmente ficou muito bonita.

Márcio Slompo

Assessoria de Imprensa Coopavel



Quero parabenizar toda a equipe pela qualidade da mesma. Um material de primeira, que vende a imagem do cooperativismo paranaense. Faço votos de que a trajetória da revista Paraná Cooperativo seja marcada por um grande sucesso. Parabéns!

Rogério Recco

Flamma Comunicação/Cocamar



Meus parabéns pelo lançamento da revista Paraná Cooperativo. Recebi um exemplar e gostei do que vi e do que li. É sóbria e competente, com matérias curtas, linguagem direta, visual bem resolvido.

Penso que agora é só esquentar a pauta e tocar a bola para dentro do gol.

Edison Lemmos

Assessor de Imprensa



Parabéns, sob todos os prismas, pela publicação Paraná Cooperativo, cujos números 1 e 2 chegaram à minha mesa. Li os dois e gostei muito. Um cordial abraço e novamente, meus parabéns!

Helmut Egewarth

Técnico da OCB/Sescoop



Que bom, a revista Paraná Cooperativo! Veio cheia de bossa, no entanto séria e cooperativista, pelo Ano 1, nº 1, que venha Ano 1000. Parabéns Assessoria de Imprensa, Conselho Editorial e todos os que fazem a mídia.

Malaquias Ancelmo de Oliveira

Presidente OCB/PE

Errata

A edição número 02 da revista Paraná Cooperativo, mês de agosto, traz uma informação equivocada na matéria “Espaço para outros ramos”, publicada na página 23. Onde se lê Cooperativa de Crédito Rural Costa Oeste, o correto é Cooperativa de Crédito Rural de Cafelândia (Sicredi Cafelândia), que tem Maura Carraro como presidente. A Sicredi Costa Oeste (Marechal Cândido Rondon), citada na matéria, integra a Unidade Regional de Desenvolvimento e Controle (URDC) de Toledo, juntamente com a Sicredi Oeste (Toledo) e Sicredi Cafelândia.



NÃO DEIXAR
EXPOSTO
À LUZ SOLAR



EMBALAGEM
RECICLÁVEL
SEM
RETORNO



0800 45 8800
www.lar.ind.br

COM GÁS

Lar

ÁGUA MINERAL FLUORETADA NATURAL
510 ml

CARACTERÍSTICAS FÍSICO/QUÍMICAS

pH a 25°C 5,22

Temperatura
da água na fonte:
20,3°C

Condutividade
elétrica a 25°C
 $6,54 \times 10^{-6}$ mhos/cm

Resíduo de evaporação
a 180°C calculado
5,36mg/l

COMPOSIÇÃO QUÍMICA

Bário.....	0,007mg/l
Estrôncio.....	0,003mg/l
Cálcio.....	0,27mg/l
Magnésio.....	0,12mg/l
Potássio.....	0,10mg/l
Sódio.....	0,20mg/l
Bicarbonato.....	2,09mg/l
Fluoreto.....	0,01mg/l

crescendo, com muito gás!

Em 1974 governo já queria auto-suficiência em trigo

Em março de 1974, manchete do jornal Paraná Cooperativo: *O governo quer auto-suficiência em trigo*. E no rodapé da página, após o texto da matéria, outro título: *Os produtores também, mas sem prejuízos*. Atualmente, 30 anos depois, a situação é a mesma, repetindo-se as manchetes nos jornais de todo o Brasil, a cada crise de abastecimento interno ou diante da elevação dos preços no mercado internacional. Os argumentos da época são, basicamente, os mesmos de hoje: “O trigo estrangeiro não dá emprego para ninguém, nem utiliza adubos de fábricas nacionais”, reclamava o secretário da Agricultura gaúcho, Irio Sim, na véspera do lançamento, no Rio Grande do Sul, da campanha nacional de auto-suficiência pelo ministro da Agricultura do governo Ernesto Geisel, Alysso Paulinelli. Naquele ano o Brasil produziu 2,8 milhões de toneladas de trigo, para um consumo de 4,2 milhões.

No rodapé do jornal, estava a informação de que o produtor brasileiro recebia 45 cruzeiros pela saca de trigo, enquanto o trigo importado custava 80 cruzeiros. Mas na safra, a título de incentivo, o trigo nacional também foi remunerado pelo governo – então o trigo

tinha controle do Estado – também a 80 cruzeiros a saca, em média. Mas havia uma explicação para o reajuste: a inflação alimentada pela alta do petróleo. No entanto, o Brasil demoraria mais de dez anos para, praticamente, alcançar a auto-suficiência na produção do cereal, que ocorreu na safra de 1986, com 6,3 milhões de toneladas. E levaria mais 18 anos para quase repetir a façanha: a safra estimada para este ano é de 6 milhões de toneladas. No entanto, ainda longe da auto-suficiência, já que o consumo, que também cresceu, é estimado em 10,2 milhões de toneladas. ■

▶ A Cooperativa Mista Bom Jesus, com sede na Lapa, há 52 anos presta serviços ao homem do campo, garantindo a inclusão social de milhares de famílias, por isso, anualmente apresenta avanços significativos no seu balanço social.

▶ Com trabalho sério, ético e organizado, a cooperativa colabora de forma direta no desenvolvimento da economia regional. Presente em 10 municípios com unidades de atendimento, atende aos interesses de seus 2.600 cooperados.

▶ Sua responsabilidade social vai além da garantia de renda aos seus associados. Diversos projetos especiais de educação são desenvolvidos em parceria com empresas e prefeituras e que reúnem crianças, jovens e adultos.

▶ A preocupação com o meio ambiente, saúde e bem-estar dos seus colaboradores e cooperados são prioridades da atual administração.

Cooperar com Responsabilidade Social

Achocolatado Frimesa

A bebida quente
desse inverno.



Frimesa

Seu sorriso é a nossa marca.

www.frimesa.com.br

É só abrir, esquentar e beber.

Prêmio OCEPAR de Jornalismo

**As cooperativas e o desenvolvimento
econômico e social do Paraná**

Inscrições: até 1º de novembro de 2004

Matérias publicadas ou veiculadas entre
1º de janeiro e 31 de outubro de 2004

Informações: (41) 352-2276 - imprensa@ocepar.org.br



www.ocepar.org.br